



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 105

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA FEIRA, 1 DE JULHO DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Faço saber que o Congresso Nacional se achá convocado, nos termos do artigo 31, § 1º, da Constituição, por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, para se reunir extraordinariamente, no período de 1 a 31 de julho do corrente ano.

A instalação do período legislativo extraordinário, assim fixado, reall-

zar-se-á no dia 1º de julho, às 15 horas, no Plenário, da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, 30 de junho de 1968.

GILBERTO MARINHO
Presidente

ATA DA 132ª SESSÃO, EM 30 DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura Extraordinária

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN

As 10 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores

Adalberto Sana
José Guiomard
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgilio
Pedro Carneiro
Achiles Cruz
Victorino Freire
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Luiz de Barros
Anon de Melo
José Leite
Aloysio de Carvalho
Aurelio Vianna
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Filinto Müller
Milton Menezes
Atílio Fontana
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número regimental, acelero aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

SENADO FEDERAL

O Sr. 1º Secretário le o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aprovação dessa Casa do Congresso Nacional:

Nº 228-68 (nº de origem 403-68), de 28 do corrente mês — com referência à escolha do Sr. José Caraímpio de Mendonça Braga para Membro do Conselho Administrativo da Defesa Económica (CADE).

Agradecimento de comunicação referente a Decreto Legislativo

Nº 229-68 (nº de origem 403-68), de 28 do corrente mês — com referência à promulgação do Decreto Legislativo nº 27, de 1968, que aprova a Convocação da Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução número 1.010 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20.2.57.

PARECERES

Parecer nº 592, de 1968

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1968 (nº 71-B, de 1958, na Câmara), que aprova o Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Apa e Ligação Rodoviária, assinado com a República do Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1957.

Relator: Fernando Corrêa.

De iniciativa do Poder Executivo, o presente projeto aprova o Acordo para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Apa e Ligação rodoviária, assinado com a República do Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1957.

A Mensagem esclarece que a obra de arte foi incluída no Plano Preferencial de Obras Rodoviárias Federais com a finalidade de estimular o intercâmbio fronteiriço, o que contribuirá para o incremento das relações econômicas brasileiro-paraguaias, um dos marcos da Declaração dos Presidentes da América em Punta de Leste.

Essa obra, com cerca de sessenta (60) metros de vão, unindo as cidades de Bela Vista — MT e Bela Vista, Paraguai, será construída pelo Governo Brasileiro. O Governo Paraguai construirá, em seu território, um ramal ligando a ponte à rodovia Concepción-Pedro Juan Caballero, de maneira que Assunção poderá ser conectada a Brasília através da BR-060.

Podemos informar, ainda, que consta do orçamento plurianual, 1968-1970 (Lei nº 5.450, de 1968), Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ER-060 — Brasília-Bela Vista, uma dotação para construir a ponte sobre o Rio Apa.

Dante do exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comunicações, em 26 de junho de 1968. — *Benedicto Valladares* — Presidente. — *Fernando Corrêa* — Relator. — *Arnon de Mello* — *Mem de Sa* — *Million Campos* — *Ney Braga* — *Alciso de Carvalho* — *Menezes Pimentel* — *Filinto Mitter*.

Parecer nº 553, de 1958

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 34, de 1958 (nº 71-B-68, na Câmara), que aprova o Acordo para Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Apa e Ligação Rodoviária, assinado com a República do Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1957.

Relator: Sr. Arnon de Mello.

1. Do iniciativa do Poder Executivo, visa o presente projeto a apre-

lo Acordo para a construção de uma Ponte sobre o rio Apa e ligação Rodoviária, assinado com a República Paraguai, em Assunção, a 11 de dezembro de 1957.

2. O Governo do Brasil, pelo artigo II de Acordo, construir a referida obra de arte em concreto armado entre Bela Vista (MT) e Bela Vista (Paraguai).

O Governo do Paraguai construirá (artigo III), por sua conta, o ramal rodoviário que unirá a ponte à rodovia Concepción-Pedro Juan Caballero, situado em seu território.

Para os efeitos de jurisdição sobre a ponte, considerar-se-á a obra de engenharia dividida em duas partes, por seu eixo transversal de simetria.

3. Esclarece o Ministro das Relações Exteriores que esse investimento "Representa um velho anseio, tanto do Governo do Estado de Mato Grosso, quanto da Administração paraguaia".

Embora de proporções modestas, 500 metros de vão, a ponte sobre o rio Apa deverá transformar-se em um significativo fator de estímulo para o desenvolvimento de Mato Grosso, possibilitando, ainda maior integração do Brasil com o Paraguai, dentro do espírito da Declaração dos Presidentes da América, em Punta del Este.

4. Do ponto de vista da política de transportes, podemos informar que este serviço consta da relação descriptiva das rodovias do Plano Nacional de Viação (Lei nº 4.808-63), porquanto há uma estrada com os seguintes pontos de passagem: BR-060-Brasília-Bela Vista (Paraguai).

Além disso, o Senado aprovou, recentemente, o orçamento plurianual, 1968-1970 (Lei 5.530, de 1968), na qual foi incluída a referida construção da ponte sobre o rio Apa.

Com efeito, já-e no programa do Ministério dos Transportes, DNER, o seguinte:

BR-060-Brasília-Bela Vista — 1968 — 1959 — 1970.

Rio Verde-Jataí — 200.000 — 2.000.000;

EXEMPLAR ÚNICO

Jardim Bela Vista —
Ponte sobre o Rio Ape.
5. Diante do exposto, opinam:
Pela aprovação do presente projeto.
Sala das Comissões, em 27 de junho de 1968. — José Leite, Presidente — Arnon de Mello, Relator — Paulo Tórres — João Cleofas — Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Relatório, encaminhado pelos Senadores Ney Braga, Learson Maciel e Aarão Steinbruch, sobre a viagem a Israel, para a qual foram designados pelo Senado.

O referido Relatório será publicado no Diário do Congresso Nacional.

E' o seguinte o Relatório:

RELATÓRIO

Voltamos, há dias, de uma viagem empreendida a Israel, por designação do Senado e atendendo a convite do Governo daquele país.

Procuraremos narrar sucintamente o que de mais expressivo nos foi dado de observar nessa nossa visita e citar dados que colhemos.

Muitos conhecem a história de Israel, sua geografia e as lutas de seu povo nos milênios de sua vida. Mas sem relembrar rapidamente seus traços mais fortes, talvez não se sintam devidas proporções, o milagre de Israel atual.

Israel de hoje é o produto de um sonho que os judeus sustentaram durante os dois mil anos em que foram povo sem um país.

No período compreendido entre a destruição do segundo Templo de Jerusalém, no ano 70 de nossa era, até recentemente, os judeus concluíram suas principais preces com a expressão: "No ano que vem em Jerusalém". David, o grande rei judeu, em quem chamou Jerusalém de Sion. E a capital de seu reino também veio receber o Grande Templo. Jerusalém é para os judeus também a Casa de Deus.

O sionismo místico-religioso, sonhando retorno a Jerusalém e a Israel, só se transformou num movimento político em meados do séculla passado quando, em consequência da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, a Europa foi sacudida pelo movimento do qual resultou o aparecimento de novas nações.

A Revolução Francesa concedeu ao povo judeu, o direito de cidadania. Essa emancipação, porém, apenas se refletiu sobre os judeus que viviam na Europa Ocidental. Nos países da Europa Oriental, sob o domínio dos czares russos, os judeus permaneceram sem direitos políticos e civis até a revolução comunista de outubro. E em alguns países europeus, tais direitos ainda não lhes haviam sido concedidos até o início da Segunda Guerra Mundial.

Nos países da Europa Ocidental, em que ocorreu empréstimo, as grandes maiorias judaicas se integraram nos respectivos países em que habitavam. Uns poucos dentre eles, porém, influenciados pelas idéias nacionalistas da época, pensaram na criação do estado judeu.

Mas foi nos países da Europa Oriental que a idéia passou a ter os adeptos mais fervorosos. Desprovidos de direitos, submetidos às mais terríveis humilhações diárias, grande número desses judeus se esforçaram para emigrar para os países livres das Américas.

Alguns de seus mais destacados intelectuais, porém, pregavam a necessidade de uma nação própria. A grande maioria dos judeus que emigraram para a Palestina nos primeiros do renascimento do Estado de Israel foi constituída de elementos vindos da Rússia, Polônia e outros países da Europa Oriental. Entre eles encontravam-se homens como David

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHIEF DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHIEF DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nos ofícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Ben Gurion, Levi Eshkol e outros, ainda hoje os principais dirigentes do país.

Foi um judeu austriaco no entanto, quem equacionou e formulou com maior clareza a idéia política do retorno a Israel. Theodor Herzl, jornalista de Viena, incumbido de fazer a cobertura do processo Dreyfus, na França, redescobriu a existência do anti-semitismo e passou a dedicar a sua vida ao objetivo do restabelecimento do Lar Nacional.

O primeiro grande documento criador de Israel foi o Livro "O Estado Judeu", de Theodor Herzl. Anos depois, sob a pressão de organizações políticas judaicas e de interesses próprios na área, os ingleses emitiram a Declaração Balfour. Os judeus passaram a emigrar em grande escala para a Palestina. No país de seus antepassados inventaram novas organizações de trabalho como o "Kibutz" e o "Moshav", dos quais ainda salvou. Criaram a Universidade Hebraica de Jerusalém, institutos científicos e a Confederação Geral do Trabalho — Histadruth — que, em conjunto, contribuiram de forma decisiva para modernização da área e a sua transformação no estado-módelo que é hoje.

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, os ingleses praticamente proibiram a imigração de judeus para a Palestina. Mesmo com as restrições a emigração continuou se realizando, enfrentando perigos e perseguições, como foi o caso do navio "Exodus", que depois foi romaneada.

Os judeus palestinos, apesar de tudo, alistaram-se em massa no exército inglês para lutar contra os nazistas. Mas ao final da guerra, ao se confirmarem os rumos do massacre de seus irmãos na Europa dominada por Hitler, tomaram de armas para conquistarem a independência da Palestina Judaiça. E nessa luta, tiveram simpatizantes do mundo, horrorizado com os crimes cometidos pelo nazismo.

Os ingleses, preferiram tentar preservar a Palestina, enquanto os árabes, por outro lado, também pressionavam no sentido de que não fosse criado o Estado Judeu.

Não encontrando, entretanto, uma fórmula satisfatória a árabes e judeus, que pudesse resolver a questão, os ingleses devolveram a Palestina às Nações Unidas, comprometendo a deixar o país em 1948.

Em 1947, as Nações Unidas, sob a Presidência de Oswaldo Aranha, aprovaram a partilha da Palestina em uma parte árabe e outra judaica. Os árabes não aceitaram a solução. E em maio de 1948, no mesmo dia em que os ingleses abandonaram o país, os exércitos árabes invadiram a Palestina ocupada pelos judeus, na primeira de uma série de guerras.

A criação do "Estado de Israel" foi a única instância na vida das Nações Unidas, em que os americanos e russos votaram no mesmo sentido. E os Estados Unidos e a União Soviética foram os primeiros dos países a reconhecerem a existência do novo Estado.

Foi em 1948 que teve inicio o drama, que se desenrola até hoje e que

envolve não apenas árabes e judeus, mas também as grandes potências.

O apoio russo ao novo estado Judeu inspirou-se, certamente, na expectativa de que, sendo a sua liderança majoritariamente judia-russa, e com os ingleses apoiando os árabes, o novo país se inclinaria pela União Soviética.

Mas o novo Estado Judeu surgiu sob o signo da democracia parlamentar, do estilo inglês e sob a inspiração de velhas leis e tradições bíblicas. Não poderia jamais se deixar dominar pelo marxismo leninista-stalinista, em que a religião, como disse Lenin, "era o ópio do povo", o inimigo do regime comunista. Inclinando-se pelo Ocidente, o novo Estado de Israel teve a antipatia de Moscou.

Após a guerra de 1948, os países árabes concordaram com um armistício, que jamais foi transformado em paz.

A situação nas fronteiras tornou-se difícil, mais tensa a cada ano que passava. A partir de 1955, era insustentável, pois nessa época, em face da questão da repressão de Assuá, o Egito virou-se para a União Soviética, dela recebendo o financiamento desejado e o armamento requerido. Ao mesmo tempo, o Presidente Nasser nacionalizava o Canal de Suez, fechando a sua passagem para navios que transportassem carga para Israel.

Desta forma, restou ao Estado Judeu uma única saída marítima através do Mediterrâneo. Ficaram cortadas todas as suas possibilidades de comércio com o Extremo Oriente e com o Sul da África.

A guerra do Sinai, de 1956, foi a segunda grande batalha entre árabes e judeus. Israel foi à guerra para abrir um caminho marítimo até o Índico e forçar os Egípcios a permitir a sua passagem pelos estreitos de Suez-el-Sheik (Mar Vermelho).

Após ocupar o Sinai por nova vez, Israel calou-se e retirou-se sob as pressões russa e americana. Forçar essa retirada foi uma ação mundialmente justificável. Parecia aparente, então, que os egípcios respeitariam as termas do acordo, pelo qual os israelenses concordaram na retirada-garantia de passagem pelas vias internacionais do Suez e do Mar Vermelho Sharm-el-Sheik; garantia de que seriam suspensas as atividades dos guerrilheiros e terroristas que agiam de Gaza contra Israel; possibilidades de negociações de paz entre os países da área.

Mas se do ponto de vista moral a ação se justificava, do ponto de vista dos interesses ocidentais ela é discutível. Na verdade, o que ocorreu depois é de todos conhecido: a penetração russa no Mediterrâneo tornou-se mais profunda. Enquanto isso, o Egito não abriu Suez aos navios de Israel.

Se para o mundo a solução do conflito árabe-judeu é uma questão moral — pois envolve dois povos, aos quais tanto devemos de nossa civilização e que, como os demais, merecem viver em paz para o mundo ocidental a penetração soviética no Oriente Médio se constitue em um

dos mais sérios problemas de sua segurança e à continuidade de sua civilização.

O conflito de junho do ano passado ainda não foi perfeitamente explicado. É muito provável que a verdade de suas origens só venha a ser conhecida daqui a dezenas de anos. Mas ele ocorreu talvez sem que nenhum dos povos dos dois lados o desejassem ou tivesse a intenção de se lançar a guerra. O que serve de vivo exemplo dos perigos que representam os mal-entendidos do mundo de hoje, o mundo que tem à sua disposição as terríveis armas, as bombas nucleares.

Somos daqueles que estão convencidos que Israel foi à luta pela sua sobrevivência física. O país estava cercado de todos os lados.

Na exigüidade de seu território de pouco mais de 20 mil quilômetros quadrados, menor do que o Sergipe, dificilmente poderia sobreviver a um primeiro ataque decisivo do inimigo. Mas é muito curioso que Nasser tenha comandado seus exércitos a seguir para as fronteiras com Israel, afastando as forças das Nações Unidas ali estacionadas desde 1957 para separar ambos os países e garantir a livre passagem pelo Suez, em virtude de informação recebida de Moscou de que os israelenses se preparavam para atacar a Síria.

Israel informa que o Governo local procurou o Embaixador Soviético Chuvakin para convidá-lo pessoalmente, verificar a improcedência dos rumores sobre a concentração de tropas nas fronteiras com a Síria. A resposta do diplomata russo, segundo essa informação, foi a de que não precisava ver, pois que acreditava no que dizia seu governo em Moscou.

O que aconteceu foi uma decorrência natural do fechamento da passagem para o Mar Vermelho e das promessas do líder egípcio de que chegaria a hora da destruição de Israel. E hoje os israelenses controlam quatro vezes mais território do que antes da guerra.

E pela primeira vez nos últimos dois mil anos, desde que foram expulsos de Israel pelos romanos, controlam toda a Cidade de Jerusalém, Capital de David.

Com a ocupação das novas terras, Israel também assumiu o controle de uma população árabe de cerca de um milhão de almas, tendo agora, sob a sua administração, cerca de um milhão e trezentos mil árabes.

Percorremos parte dos territórios ocupados, assim como vimos parte do material de guerra apreendido pelos israelenses em junho passado.

Confrontando a Galileia e todo o lago dos Tiberíades, ou Mar da Galileia, estão as elevações do Golã. Ali, acima dos israelenses, dominando os vales em baixo, estavam os sírios. A situação, nessas fronteiras, era realmente difícil.

Podemos dizer que a operação de conquista das elevações do Golã pelos israelenses transformou-se, desde já, num episódio clássico. Tão fortificadas quanto as famosas linhas Maginot e Siegfried na última grande guerra, elas foram tomadas de assalto, em pouco mais de 24 horas.

Os sírios, além do mais, tinham domínio de parte das origens do Rio Jordão, o Rio da Vida para Israel, que poderiam desvirar. Sem as águas desse rio, o Estado de Israel não poderia sobreviver um só dia. Agora, tais fontes estão em mãos dos israelenses.

Para se ter idéia do valor dessa conquista, transmitimos aqui uma informação que obtivemos: havia um projeto de pesquisa, em Israel, para a dessanilização da água do mar. Apesar de elevado custo do empreendimento, a grande prioridade obrigava a sua execução imediata.

Controlando, agora, a parte superior do Rio Jordão, esse projeto foi

Segunda-feira 1

relegado a um grau secundário de prioridade, aguardando que outros países também interessados, participem simultaneamente da pesquisa.

Antes de junho de 1967, o Jordão servia de fronteira entre Israel e a Jordânia, apenas num pequeno trecho.

Na maior extensão da fronteira, apenas uma linha imaginária separava os dois países.

Nada havia, separando Gaza de Israel, além de umas círcos de arame farpado em alguns trechos, cujo sinal, em cartazes amarelos, dizendo: "Cuidado, fronteira à frente". Nas novas posições ocupadas depois de junho, Israel tem as melhores possibilidades de defesa de sua curta história de vinte anos.

Ao que nos parece, se de um lado é verdade que a ocupação de tais territórios é uma pesada responsabilidade para os seus exércitos, por outro lado a sua defesa, do ponto de vista militar é mais simples do que as posições que tinha antes da guerra de junho. O Jordão o separa da Jordânia. As elevações do Golã estão em suas mãos, constituindo-se em obstáculo na direção da Síria. E entre Israel e o Egito encontra-se o deserto de Sinai, para não falar de Suez.

Os israelenses parecem estar dispostos e decididos a conversar sobre todos os problemas que os separam dos árabes, a excessão da independência de Israel, contanto que as nações árabes concordem, de início em se sentarem com eles à mesa negociadora.

Mais do que nunca, tudo faz crer que o país quer a paz com o seu vizinho.

E se examinarmos quais seriam as vantagens decernentes de uma paz para Israel, só poderemos acreditar que ele é sincero nas suas ambições em tal sentido.

O mais avançado país da África, sob todos os pontos de vista, se Israel realizasse a paz com os árabes, com eles normalizando as suas relações, disporia, para começar e logo à porta, de um imenso mercado em potencial de sessenta milhões de indivíduos. Com a paz, suspensas as atividades da Comissão de Boicote da Liga Árabe, Israel teria acesso a outros mercados de influência incolmata, como o Paquistão e a Índia. O país ampliaria a sua presença política e diplomática através do mundo.

E com a paz, Israélaria uma mais intensa migração de judeus para Israel.

Outras vantagens podem ser citadas. Assim, as Forças Armadas de Israel custam ao país 50 mil dólares por hora ou cifra de 600 milhões de dólares por ano. Os seis dias de guerra, em junho passado, custaram à Israel cerca de um bilião de dólares.

Com a paz e liberando-se de parte de tais recursos para investimentos, o país teria uma expansão econômica ainda mais acelerada.

A continuação do atual estado de beligerância implica não só nas consequências psicológicas do estado de guerra sobre a própria população, nas despesas militares, como também na responsabilidade direta sobre uma população árabe que, em breve, em virtude de sua maior taxa de crescimento, poderá ser maior que a judaica no Estado Judeu.

E enquanto a paz não chega, árabes e judeus se continuam armando para a eventualidade de um novo conflito.

Nos últimos quinze anos, segundo uma fonte não autorizada quanto a revista tunisiana "Jeune Afrique", as nações árabes dispenderam vários bilhões de dólares em armamentos, que de nada lhes serviram em seus embates com Israel. As populações árabes continuam com rendas "per

"capita" muito baixas e com uma taxa de crescimento demográfico que é das mais altas.

Entretanto, uma vez entre árabes e israelenses também é a convicção aos primeiros. A resistência técnica prestada por Israel à cerca de vinte países, o Brasil inclusive, se tem refecho riscos do que efetiva. Uma estrita cooperação entre árabes e israelenses poderia, com certeza, resultar num rápido e marcado desenvolvimento de todo o Oriente Médio.

Ao que compreendemos, há governos árabes que veem a existência de Israel como uma agressão. E para elas, quando falam em eliminar as consequências da agressão, querem mesmo dizer eliminar Israel. Esta atitude se para uma parece compreensível, é, entretanto, pouco lógica. Nas guerras modernas, o número de soldados não é tão importante.

Os árabes são corajosos e imaginativos. E sempre foram magníficos guerreiros. Mas, é sabido que, em termos tecnológicos, estão atrasados em relação aos israelenses.

Alega-se que o recurso à guerra de guerrilhas pode fazer desaparecer uma tal diferença. Cita-se, como exemplo o Vietcong, que está enfrentando os soldados americanos.

Mas Israel não é o Vietnã. A geografia física da área não favorece a guerrilha. Há margem para atividades do tipo terrorista, o que vem acontecendo aliás. Mas estas não bastam para derrotar um exército e, muito menos, para desmoronizar uma população que foi preparada para o sofrimento durante dois mil anos e que escolheu Israel como pátria para nela viver ou morrer.

Além do mais, as populações dos territórios ocupados, ao que me consta, não tendem a cooperar com guerrilheiros ou terroristas. Ao fim de um ano de ocupação israelense e com plena liberdade de movimentos por todo o território de Israel, os árabes das áreas ocupadas parecem ter compreendido que uma nova guerra também a na levará a não ser a mais sofrimento para todos.

Os dirigentes árabes parecem estar convictos de que, pela força lida mesmo poderão obter a curto ou médio prazo. Mas os árabes passados sempre são perigosas caudas, das quais os homens não conseguem escapar.

Mais do que ninguém os russos conhecem a situação das forças de reação.

A experiência histórica mostra que os russos em momento algum perderam a sua objetividade e realismo, quando se trata de seu interesse. Eles recuaram em Berlim e recuaram em Cuba. E até agora evitaram um envolvimento direto na guerra do Vietnã, preferindo ajudar o Vietnã do Norte com armas, extraindo para si mesma o risco de um confronto direto com os Estados Unidos.

Na guerra de seis dias, segundo me informaram em Israel, os russos perderam dois bilhões de dólares nos armamentos capturados pelos israelenses aos egípcios. O seu apoio ao Egito lhes está custando caro. Mas, até agora, o preço que estão pagando lhes parece barato em vista do que estão conseguindo.

Basta olhar o mapa do Oriente Médio para compreender a importância estratégica da região. Ela foi, na história a passagem obrigatória de todos os conquistadores, pois é uma ponte entre três continentes. Toda grande potência, que tiver o controle do Oriente Médio, terá um peso decisivo nos assuntos da África e da Ásia. E, com certeza, nos da Europa.

Dominando o Oriente Médio e com bases no Mediterrâneo os russos passarão a ter o controle das principais fontes de petróleo da Europa, assim-

ca no norte da África e, possivelmente, no resto do continente negro. E parece ser o que pretendem. Sua intenção é ganhar a guerra política, para que é de sua influência, fazendo a longa do poder reinar para o seu lado.

A posição russa no Oriente Médio ainda é recente. E os seus passos na região são dados com a maior precaução para não provocarem, de logo, também os milhões de muçulmanos ortodoxos, que veem no comunismo o seu grande inimigo.

A situação atual é tensa. E é perigosa no ambiente explosivo do Oriente Médio, em que os ódios podem se acentuar com a passagem dos dias. O ódio, não preciso dizer, é péssimo conselheiro. Sob a pressão do mesmo, uma nova guerra pode acontecer. E não exageramos ao afirmar que o que ocorre no Oriente Médio tem implicações sobre o bem estar e a paz mundial.

A exposição que fazemos corresponde a pontos de vista que recolhemos. Os israelenses não descontam a possibilidade de que, pelo recrudescimento das atividades terroristas e as consequentes represálias de Israel, as fronteiras se esquitem a um ponto insuportável por ambos os lados. E um novo conflito disso resulte sem que ninguém o deseje.

Como membro do Conselho de Segurança, é lógico que o Brasil está informado o melhor possível de tal situação e dos meios e maneiras pelas quais possa influir para que as tensões se reduzam e sejam criadas as condições de paz.

Como país membro das Nações Unidas, é nossa responsabilidade vigilar para que se cumpra a Carta e haja a paz.

Pela nossa segurança, é essencial que haja a paz.

Pelo nosso desenvolvimento, é muito importante que haja um entendimento, pois que enquanto existirem crispunhas em lutas e conflitos, direta ou indiretamente, as grandes nações só poderão reduzir o auxílio econômico de que carece o mundo em desenvolvimento, o que aliás está acontecendo.

Representado em todas as capitais árabes e em suas relações com Israel-país que se certa forma, surgiu com a contribuição direta de um brasileiro e da política externa do Brasil, temos aí uma oportunidade única de prestar um grande serviço à humanidade, que oportunidade que por certo não perdemos.

Não teido interesses diretos na África, teríamos, às vezes, ligações e amizades, e a construção de artes ou laços, a contribuir para o nosso sucesso.

Contariamos para tanto, com a capacidade que é da característica do brasileiro. Tornando-nos treinados de trabalho, de bom humor e da otimismo que serviram para outras empresas, cujas condições não fomos satisfatórias. Mas é preciso reconhecer que a iniciativa e o esforço prático de diferentes israelenses conseguiriam compor um quadro estrutural não só propulsor o enorme progresso social e econômico que lá vimos.

Em vinte anos de independência, com uma população pouco superior a dois e meio milhões de habitantes, com um território pequeno, equivalente a cinco vezes a área de Brasília, e menor que a área correspondente à décima parte do Estado de Paraná, cercado por marés que são hostis; com poucos recursos naturais de significado; sem água suficiente, em Israel governos britânicos e roto caíram padrões de vida tão elevados quanto os predominantes na maioria dos países europeus. E tudo se realizou com urânia — a urânia de oriente tinha tempo tempo para firmar-se — se a democracia de ideologias salvadoras, sem amigos totalitários, num contexto democrático que, em momento ne-

sser de tudo isso, é admirável sentir-se o povo de Israel com uma fé extraordinária no futuro.

O fato de ser uma população minoritária inicialmente — em 1948, início da Primeira Guerra Mundial, só existiam 65.000 judeus na Palestina — a 16 de seu povo, a perseguição edificou e desenhou que existem em suas regras, o maior estudo das suas, que vêm desde o período bíblico, até os nossos dias. Todas elas uniu o povo judeu que cultivou suas tradições e não se esqueceu do passado sacrifício de seus antepassados. Ele dá ao povo sofrido o seu real valor e deles lhe estimulou e exemplos, que originaram nela um extraordinário espírito fraterno de ajuda mútua, marca definida do tipo de colonização da terra israelita.

História marcada pelo sofrimento e pelo valor espiritual, respeito à tradição, tenacidade, espírito de ajuda mútua e coragem, darão aos judeus do Estado de Israel independente e seu progresso, disse Ben Gurion, se deve ao espírito pioneiro dos imigrantes, à juventude do país, ao sentimento e a paixão dos judeus de todo o mundo e ao poder da ciência e da técnica.

O espírito pioneiro do imigrante fez, na ocupação de Israel, algo diferente. Colonizou de modo "sui generis", mas lembrou-se que "se há na vida de um povo algo que muito artigo, profundo, que possui a capacidade de educar o homem e fortificá-lo frente aos acontecimentos que o esperam, não se pode dizer que é revolucionário ignorá-lo" e por isso a para das medidas revolucionárias, lembrou-se do respeito devido à dignidade do homem, dos princípios de liberdade e justiça, inseridos em sua declaração de Independência.

E realmente significativo o que consta nessa declaração, quando afirma que "O Estado de Israel estará aberto à imigração judaica de todos os países, promovendo o desenvolvimento do país para benefício de todos os seus habitantes e estará baseado nos princípios de liberdade, justiça e paz, à luz dos ensinamentos dos profetas hebreus; manterá uma completa igualdade social e política de direitos para todos os seus cidadãos sem distinção de credo, raça ou sexo, e garantirá a liberdade de culto, consciência, liberdade, ensino e cultura; salvaguardará os lugares sagrados de todos os religiões e será fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas".

Diálogo que era palavras, podemos dizer que se tornaram em Israel, o respeito e a compreensão sócio cultural que compõem o Brasil proclamado.

Gostoso e para este mundo, é um belo dia de inferior administrativo. Imediatamente, as culturas que deram a Israel o seu atual desenvolvimento não serviram para outras empresas, cujas condições não fomos satisfatórias. Mas é preciso reconhecer que a iniciativa e o esforço prático de diferentes israelenses conseguiriam compor um quadro estrutural não só propulsor o enorme progresso social e econômico que lá vimos.

Em vinte anos de independência, com uma população pouco superior a dois e meio milhões de habitantes, com um território pequeno, equivalente a cinco vezes a área de Brasília, e menor que a área correspondente à décima parte do Estado de Paraná, cercado por marés que são hostis; com poucos recursos naturais de significado; sem água suficiente, em Israel governos britânicos e roto caíram padrões de vida tão elevados quanto os predominantes na maioria dos países europeus. E tudo se realizou com urânia — a urânia de oriente tinha tempo tempo para firmar-se — se a democracia de ideologias salvadoras, sem amigos totalitários, num contexto democrático que, em momento ne-

álbum foi ferido em sua substância. Fomos a Israel para ver. Vimos e aprendemos muito.

Vimos e sentimos um país em desenvolvimento. Quase não se percebe que há poucos meses esteve em guerra.

Analisemos, com homens de seu Governo, as raízes desse desenvolvimento, que tem a impulsão-lo em parte a contribuição da ajuda externa mas, principalmente, o trabalho dos que lá chegaram com sua bagagem de conhecimentos técnicos e científicos de extraordinário valor, com vontade de vencer e fé nesta vitória.

Só, a ajuda financeira ou técnica jamais bastou para o desenvolvimento de qualquer país. Elas podem contribuir para a solução de alguns problemas. Não são, porém, jamais suficientes para realizar o desenvolvimento econômico ou o progresso social.

A base do desenvolvimento de Israel foi a fé, a coragem, o arrojo de sua gente. Com suas fronteiras ameaçadas, nunca esmoreceu no trabalho. Ouvindo o espoucar dos instrumentos bélicos e sem desculpar-se de sua defesa e de sua segurança, nunca pararam, como hoje não estão parados, em sua gigantesca obra de construção.

Israel recebeu imigrantes do mais alto nível intelectual e grande ajuda econômica financeira-externa. Mas também recebeu imigrantes não alfabetizados, como ignorantes de todo o progresso humano havido nos últimos dois mil anos.

Em poucos anos, o Estado de Israel teve a sua população triplicada. Grande parte chegou sem recursos materiais e uma parcela relativamente ponderável, sem preparo cultural. De 1948 a 1951, foram recebidos quase setecentos mil imigrantes, e, nos anos seguintes até hoje, com pequenas variações que resultam em média anual de aproximadamente sessenta mil. Ainda hoje, apenas trinta e cinco por cento da população existente é de cidadãos natos.

O direito que têm, todos os judeus, de qualquer procedência, de estabelecer-se em Israel, deu ao Estado esse dever de receber a todos, o que foi regulado em 1950, pela Lei do Retorno.

Tornar possível naquele território a vida de todos esses imigrantes é algo de gigantesco. Foi preciso provê-los com trabalho, para que pudessem viver com dignidade, com moradia, com assistência social; foi necessário alfabetizar os adultos e dar escolas aos jovens. Tornou-se urgente produzir alimentos e encontrar meios de distribuí-los com eficiência, a fim de evitar que os seus preços se elevassem acima das possibilidades materiais da população em geral e dos novos imigrantes em particular.

Tais tarefas seriam consideradas enormes, mesmo pelos países desenvolvidos. Israel foi obrigado a cumprir-las nas condições de um Estado que se formava após uma guerra, de terras que há centenas de anos já não eram férteis, de uma região onde uma pequena chuva é uma bênção maior. E o fez com sucesso.

A análise do problema do seu solo, da dificuldade de água sob a influência também do fluxo de emigração, das tradições, das condições de fronteira, é necessária para compreendermos sua colonização.

Quanto ao solo e o trabalho para seu melhoramento, observamos a ação do governo e do povo israelense.

Israel tinha, antes da Guerra dos Seis Dias, vinte mil e oitocentos quilômetros quadrados, zona semi-árida, com metade de sua superfície desértica.

A faixa litorânea, as montanhas e colinas, como também os seus vales, obrigaram em grande parte trabalhos de drenagem, cuidados contra a erosão e irrigação em várias regiões. O deserto do Neguev, com mais de 10.000 Km², tem condições físicas e

clima características de um deserto típico e sem esperança.

Os trabalhos referentes à proteção do solo são profundamente estudos e executados. Os séculos passados de desasco, as guerras, o fogo, o pastoreio descontrolado, modicaram o panorama da Canaã e, quando começou o ressurgimento hebreu do país, a sua vegetação estava arrazada e seu solo esfriado.

Em 1939, um técnico proclamou, ante esses perigos, o que chamou de mandamento: "Tu conservarás a herança da terra santa escrupulosamente, guardando seus recursos e produtividade de geração em geração; salvaguardarás teus campos da cracoz do solo e tuas águas da seca; teus bosques da desolação e protegerás tuas colinas do excessivo pastoreio do gado, para que teus descendentes possam viver na abundância para sempre. Se não cumprires esses preceitos, teus campos férteis se converterão em terras desérticas ou barreiros áridos, e tuas descendentes minharão e viverão consumidos na indigência ou perecerão para desaparecer da face da terra".

Com a proclamação do Estado, o técnico da Guerra da Independência e a imigração em massa que duplicou o número de habitantes em apenas três anos, impulsionaram um aumento ríspido de produção de alimentos.

O melhoramento das terras em escala acelerada foi facilitado pela ação de drenagem de planícies, cuja maior zona foi a do Vale do Rume, cerca de 60 km² de excelentes terras.

O Fundo Nacional Judeu, em 1960, foi designado agente nacional exclusivo para o melhoramento do solo.

Três fatores se uniram para tornar mais eficiente e rendoso o trabalho no solo israelita: a ciência, a tecnologia e o espírito pioneiro do povo. Os homens da ciência fizeram pesquisas com amostras de solo de todas as religiões de Israel e o classificaram segundo sua melhor finalidade. Assim, uns se mostraram mais apropriados para a pecuária, outros para hortas, laranjas, lavouras diversas, onde deveria haver reflorestamento e assim por diante. Houve ainda investigações profundas sobre fertilizantes.

Como resultado desses estudos, foram impartidos 5.000 variedades de plantas para serem introduzidas na agricultura de Israel, além de gado europeu.

Como complemento aos estudos científicos a técnica era aprimorada com a ida ao campo e as explicações diretas dos homens de laboratório aos agricultores, sobre o resultado dos ensaios e a melhor forma de se conseguir maior produtividade.

Assim, aos poucos, as zonas montanhosas tiveram seu solo melhorado com o terraceamento. As dunas do litoral tiveram seus movimentos detidos, na ameaça de cobrir os campos, por plantações de árvores, que hoje se vê em quase toda a extensão costeira.

O Deserto de Neguev, por plantações de árvores e por pastos perenes, ou ainda, por outras ações técnicas, retrocedeu 65 km.

Vários tipos de árvores, como o eucalipto, a acácia, o pinho em algumas variedades, os ciprestes e outros, foram aplicados no reflorestamento. Foi grande a conquista até hoje e nós pudemos observar, na recuperação do solo, que a cor verde já predomina em grande parte do território israelense.

As faixas existentes, brancas ou amarelecidas, servem de termômetro de comparação do que foi e do que é o solo de Israel.

O Fundo tem para os próximos anos, planos para o melhoramento de 100.000 hectares — a maior parte nas regiões montanhosas — e a plantação de cerca de 100 milhões de árvores frutíferas, prioritariamente nas zonas fronteiriças, porque elas devem ser firmadas por uma densa população.

A faixa litorânea, as montanhas e colinas, como também os seus vales, obrigaram em grande parte trabalhos de drenagem, cuidados contra a erosão e irrigação em várias regiões. O deserto do Neguev, com mais de 10.000 Km², tem condições físicas e

Continua, assim, Israel melhorando o seu solo e conquistando o deserto.

É importante observar-se que, em todos os projetos de melhoria do solo, ou em qualquer outro de desenvolvimento, a construção de estradas frequentemente precede outras atividades.

O problema da água em Israel é assunto fundamental em seus estudos em suas preocupações e aparecem em quase todas as palestras. Aproveitam-se os rios, o Jordão em particular, sendo conhecidas as discussões que houve com países vizinhos sobre o destino de suas águas. Capta-se a água dos lagos. Aproveita-se a precipitação pluvial. Perforam-se poços. Construem-se obras extensíssimas de aqüedutos, indo um deles da Galileia ao Neguev. Bobea-se água de terras baixas para terras altas. Recuperam-se as águas residuais. Elabora-se o orçamento de distribuição de águas.

No afã de buscar água os investigadores israelenses, no Instituto Weitzmann, na Escola Politécnica de Haifa e no Instituto de Investigações de Regiões Áridas de Beersheba se dedicaram a pesquisar um método econômico para desalinizar a água do mar e as águas salobras do subsolo. Em 1964, o Presidente Lyndon Johnson e o Chefe do Governo Levi Eshkol convencionaram estabelecer uma empresa conjunta dos países, com a finalidade de desalinizar a água do mar em condições mais econômicas e que produziria simultaneamente, água potável e energia elétrica proveniente de energia nuclear.

Conforme já frisei, porém, esses planos que constituem metas de altíssima prioridade, tiveram no momento seus prazos de estudos ampliados após junho do ano passado, devido à conquista do Rio Jordão, ministrando as agruras no país por falta de líquido. Esse esforço conjunto dá condições para melhor produção agrícola, possibilita a instalação de indústrias, pois elas não são possíveis sem água — abastece cidades que surgem, crescem e se multiplicam.

A luta que enfrentavam os primeiros colonizadores contra as dificuldades mais variadas, obrigava-os a intensificar ainda mais aquela espírito de ajuda mútua que já traziam pela sua tradição, e eram levados a uma cooperação cada vez mais intensa, sendo derrotados aqueles que assim não entendiam. A aridez do solo, os ataques, tudo enfim impunha a união para a sobrevivência. Não cremos que a colonização e as várias estruturas de Israel tenham sido influenciadas por fundamentos ideológicos.

Tudo lá nasceu de condições espirituais que já frisamos, de meios que já enunciarmos, de uma tenacidade admirável e de invejável espírito prático para a solução dos problemas. Por isso tudo Israel organizou-se exemplarmente no sistema cooperativo. Preuss tinha razão em dizer: "É preciso fristar que o movimento cooperativista na Palestina não seguiu em princípio nenhuma teoria socialista, anarquista ou qualquer outra pré-concebida, mas que surgiu, principalmente, das condições nacionais e sociais do esforço realizado no próprio país, e da condição espiritual dos imigrados, a maioria dos quais não se teria enraizado no país a não ser por esse movimento".

E' preciso assinalar-se que o Fundo Nacional Judeu, criado em 1901, deu uma nova fase à história da Colonização, quando começou seus trabalhos práticos em 1905. Daí para cá, vimos a compra de terrenos pelo Fundo e pelo Governo, facilitando a colonização.

A colonização foi feita fundamentada na organização cooperativa e, assim, a maior parte da agricultura e grande parte da indústria e dos serviços são realizados dentro desse sistema.

No campo, existem tipos distintos de movimentos cooperativos.

O Kibutz é o mais famoso deles, embora não seja o mais aceito pelos imigrantes de após 1968. Existem cerca de 230, com uma população total de 82.000 pessoas.

A experiência Kibutziana, pensamos, não serviria ao Brasil. Ela surgiu da necessidade do esforço coletivo para a produção, da defesa contra ambiente hostil em que se tornou o país e com formação espiritual apta a aceitar aquela tipo de vida.

O Kibutz é uma comunidade agrícola.

Um grupo de homens e mulheres junta-se, recebe por aluguel um pedaço de terra. Construem então uma pequena vila de vivendas, um restaurante coletivo, casas de crianças, escolas. O trabalho é coletivo. Cada um é usado segundo as suas possibilidades. A divisão do produto é feita com absoluta igualdade. De cada um, existe o que pode dar a sua capacidade e para cada um se dá o que pode a sua necessidade.

Mas todas as decisões, desde a distribuição de tarefas à divisão do produto, são tomadas democraticamente, em assembleia geral.

E essa assembleia geral que decide se deve ou não eleger um novo membro. Ela elege o governo local do Kibutz. E cada membro do Kibutz, homem ou mulher, conta com um voto nas decisões.

A produtividade do Kibutz é a mais elevada entre as cooperativas agrícolas. E isto porque trabalha em grandes unidades de terra, onde pode utilizar as mais modernas máquinas e implementos.

Os seus membros passam por escolas de especialização. O homem que cuida dos currais ou do galinheiro, o homem que cuida da contabilidade ou da distribuição diária do trabalho é um especialista.

Não há Kibutz sem biblioteca, sem auditório para debates, concertos ou teatros, sem uma ativa vida cultural.

Não existe propriedade particular, a não ser alguns bens pessoais.

Para ingressar no Kibutz, nada se paga e ao se desligar, nada se recebe, além dos pertences pessoais e, em alguns casos, uma pequena soma para os primeiros tempos fora dele.

O objetivo do Kibutz é organizar e desenvolver a condição econômica de seus membros, de acordo com os princípios cooperativos, desenvolver a fazenda coletiva na agricultura, na indústria e em outras atividades culturais, sociais e assistenciais. Pode ser dissolvido conforme fixarem os seus Estatutos. A mulher tem o trabalho normal para o qual é capacitada. Inicialmente, eram iguais aos homens, no que diz respeito ao trabalho. Geralmente, elas não executam trabalho pesado. Em tarefas normais, porém, não há diferença entre homem e mulher, como por exemplo, na cozinha, na jardinagem, no restaurante, no tratamento de aves, em atividades fabris etc. Nota-se perfeitamente, entretanto, que aos poucos as mulheres estão tendo as suas ocupações mais afeitas às suas capacidades, como ocorre com profissionais e enfermeiras.

A nossa observação pessoal:

Os Kibutz são verdadeiros jardins. Integraram-se perfeitamente dentro do espírito nacional.

No setor de obras internas, têm certa autonomia, funcionando quase como uma verdadeira Prefeitura. Para comercialização de seus produtos e para a exportação ligam-se principalmente à TNUVA (Cooperativa de Comercialização Agrícola e Exportação) e à HAMSHABIR HAMERKAZI (De compra e produção industrial).

Visitamos Bor-Chail e mais algumas Kibutzim.

Vimos casas de crianças, refeitórios, casa de cultura. Visitamos em sua

casa num Kibutz, o Ministro da Agricultura.

Todos vivem sem o supérfluo.

Também observamos os aspectos positivos de produtividade nos Kibutzim, inclusive na indústria de desidratação de legumes de Bror-Chail.

Conversamos com jovens e velhos, alguns brasileiros e muitos de outras nacionalidades. São felizes dentro de seu modo de vida.

Afirmamos entretanto, que para a tradição que cultuamos, o coletivismo total não se apresenta como solução a ser defendida fora das condições que a impuseram em Israel.

O Kibutz se constitui por simples iniciativa de um grupo ou por orientação de uma das federações Kibutzianas. A instalação é supervisionada principalmente por três entidades: Agência Judaica, Central Agrícola do Governo e Exército — que tratam do plano de colonização, dos financiamentos e da segurança.

É preciso focalizar também que o Kibutz não é só organização agrícola, mas atua também, quando quer, em atividades industriais e até comerciais, como por exemplo em restaurantes.

Há casos em que vários Kibutzim se reúnem para um empreendimento.

Apesar da grande produtividade agrícola dos Kibutzim, devemos notar que, por razões várias, inclusive a dificuldade de tornar homogêneos dos grupos para vivência tão íntima, o seu número não cresceu muito após 1948.

Os Moshavim, outro tipo de organização, depois da independência cresceram muito mais em número, por estarem dentro do tipo de estrutura comunitária baseado na vida familiar individual e na cooperação flexível. O novo colono escolhia a vida dentro de um sistema social a que estava mais acostumado.

Em 1948, existiam 91 Moshavim e hoje 365.

Em 1948, 136 Kibutzim e hoje 230.

A forma dominante, pois, de organização social da zona rural é o Moshav, cujo número aumentou de 91, em 1948, em 274, enquanto os Kibutzim tiveram um acréscimo de 94.

Os Moshavim Ovdim são os que abrangem maior número de cooperados, pois existem num total de 345, abrangendo população superior a 100.000 habitantes. Enquanto isso, os Moshavim Shitufim, em que o trabalho e o produto são coletivos, sendo a habitação e a educação familiares, são em número de somente 20, congregando pouco mais de 3.000 pessoas.

No Moshav Ovdim, cada família tem o seu pedaço de terra para trabalhar. Assim como a educação, a habitação e a produção, o trabalho é da família. As compras e vendas são no sistema cooperativo.

O vilarejo é construído e se desenvolve ao redor de um centro onde ficam localizados todos os serviços. É neste centro que está localizada a cooperativa de compras e de vendas. É onde se encontram os equipamentos agrícolas pesados e outros bens para serem alugados ou vendidos aos membros do conjunto, contando-se entre esses bens, fertilizantes, rações, etc. É onde está a escola.

Visitamos proprietários de 10.000 m², ou dez DUNAM como dizem em Israel, com suas casas confortáveis, com máquinas de lavar roupa, rádio, geladeira elétrica e também com estabulos, ordenha mecânica, plantações, criações de aves, tudo nos arredores da moradia.

Não poucos são proprietários de automóveis, têm filhos nas Universidades, viajam para o exterior.

Toda essa organização de campo, misto agric-industrial, liga-se às organizações regionais e nacionais para planejamento e recebem orientação e

financiamento do Governo, através de seus Ministérios e agências várias.

O Ministério da Agricultura atende quanto ao problema agrícola, o Ministério da Indústria e do Comércio no seu setor, e outros conforme a competência de cada órgão. Na parte comercial e, em muitos casos, no tocante a crédito e assistência de modo geral, ligam-se às maiores cooperativas de âmbito nacional.

Já assinalamos as ligações dos Kibutzim e Moshavim principalmente com a TNUVA, para a venda, inclusive exportação, de produtos agrícolas, dos quais ela manipula 70% da produção de Israel.

É interessante nos dettermos por alguns momentos na TNUVA, cuja cooperativa visitamos durante um dia.

A TNUVA é uma organização que congrega hoje 550 Kibutzim e Moshavim associados, além de 1.700 agricultores individuais, dos quais 600 são árabes. Cércia de 300.000 usufruem a TNUVA, que movimenta 180 milhões de dólares anuais.

Para toda essa movimentação, ela conta com 3.500 empregados.

A TNUVA divide o país em 5 (cinco) regiões geográficas com as seguintes sedes: Tel-Aviv, Jerusalém, Haifa, Galileia e Neguev. Cada região tem seis departamentos: Departamento de Frutas, de Verduras, de Aves e Ovos, de Peixes, de Lácteos e o Departamento Geral, onde se situa a Administração.

Possui 34 mercados com frigoríficos, dos quais o maior está em Tel-Aviv.

Para efeito de controle de oferta e procura, Israel está dividido em 17 regiões. Em cada uma delas dois funcionários, equipados com jipe e rádio, informam à Central sobre a oferta para o dia seguinte dos produtos mais importantes e perecíveis. Enquanto isso, os consumidores, que são as empresas distribuidoras, informam, sobre as necessidades. Todos os dias, às 10 horas e meia da manhã, a Central efetua o cotejo das disponibilidades com as necessidades e faz o jogo do encaminhamento da produção para os mercados consumidores, regulando assim, de certo modo, a oferta e a procura. É lógico que tal processo é possível porque o país conta com bom sistema rodoviário, fáceis comunicações e pequena área geográfica.

A agricultura, em Israel, é planejada em função do mercado. Após a análise do mercado interno e externo, é estimulada a produção que interessa ao país. Exige-se qualidade e toma-se muito cuidado com a quantidade seca para evitar a diminuição da oferta e o encarecimento, seja para evitar o excesso de oferta e a necessidade de armazenamento e manutenção de estoques superiores às possibilidades financeiras dos organismos da agricultura.

O pagamento de taxas para a TNUVA é variável. Normalmente, a verdura paga cércia de 10%, ovos 5%, além de 1% de taxa para ampliação de armazéns e investimentos diversos. Essa contribuição varia conforme os custos, e o excesso de arrendação de um ano para outro provoca a queda do valor das taxas.

A direção da TNUVA é eleita e somente são remunerados os cargos diretivos cujos ocupantes os exercem com tempo integral.

Conta essa organização com organizações de compra para as cooperativas regionais e locais.

Além dessas, existem, em Israel, cooperativas de consumo, de transportes, de indústria e outras. É este movimento cooperativo que contribui para custos menores de produção, maior eficiência e produtividade na distribuição.

A Associação Nacional das Cooperativas mantém, inclusive, escolas de cooperativismo.

Por outro lado, para o melhor planejamento da produção e da comercialização, existem conselhos especiais para determinados produtos. Esses conselhos, como os destinados às frutas cítricas, que se constituem no principal produto de exportação do país, consagram representantes dos agricultores, dos distribuidores e do Governo. E em conjunto, apreciando os problemas, tomam as decisões que são aceitas por todos.

Tais conselhos influem diretamente não só na produção, como na produtividade, na qualidade, na fixação e na garantia dos preços mínimos. Dispõem de organizações de técnicos capazes de selecionar o produto e classificá-lo — só o melhor é exportado, e pelo melhor recebe o produtor preços mais elevados.

E tudo se faz sem maior burocracia, sem maiores complicações. Praticamente.

Esses conselhos se responsabilizam também pelas exportações. Designam representantes comerciais, para servirem no exterior, para serem os vendedores e para controlarem a entrega.

Esses representantes funcionam como agentes comerciais. Não lhes cabe apenas a promoção, mas todo o esforço de venda. E' por isto que os produtos agrícolas de Israel estão penetrando cada vez mais no mercado e obtendo, inclusive, preços com bonificações.

Israel exporta tomates, por exemplo, com cuidados que só vimos antes na exportação das frutas mais delicadas. As partidas de produtos agrícolas chegam a todo os cantos em perfeitas condições. E quando isto não acontece, é o próprio representante do país que as recusa e devolve. O bom nome do produto agrícola israelense é considerado essencial ao interesse nacional.

Qualquer que seja a estrutura do cooperativismo em outro país não se pode comparar com o movimento de Israel, pois aí se uniram todos os ramos de cooperativismo, englobando 75% de todo o momento em um organismo jurídico denominado JEVRAOT OVDIM, e existe uma perfeita identidade entre essa Federação "mater" e a HISTADRUT, que é a Confederação Geral dos Trabalhadores.

O HISTADRUT foi fundado em Haifa em dezembro de 1920. Ampliou sua atividade em todos os setores, até no da ciência médica, no da construção civil, no dos transportes em geral, no industrial, na educação, na construção de estradas.

É de se salientar a cooperativa chamada "Solel Boné" (Construtora e Pavimentadora).

É importante observar-se que a maioria dos membros associados da HISTADRUT pertencem ao partido político majoritário, o MAPAL, e muito embora a organização não exerça atividade política as suas decisões refletem, em geral, a política desse partido, o maior do governo e trabalhista moderado.

É importante focalizar-se também que os comunistas nunca tiveram muitos votos na HISTADRUT e estavam perdendo terreno, havendo passado de 4.9 em 1955 para 2.80 logo após, quando os membros do MAPAL, que participam da entidade, têm mais de 55%.

Praticamente todos os sindicatos foram formados pela HISTADRUT e por sua iniciativa. A Kupat Jolim que a ela está ligada, é a maior organização médica do país, com 1.800.000 associados, dando ainda serviços gratuitos aos emigrantes nos três primeiros meses.

Tinha a HISTADRUT 872.000 membros em 1964, portanto, mais de 50% da população do país. É interessante citar que, desses associados 40.000 são árabes.

Israel é hoje grande exportador de produtos agrícolas. As frutas israelenses são famosas nos mercados internacionais. Na Europa, compram-se flores de Israel. Os produtos latinos do país vão rapidamente conquistando renome entre os confeiteiros. A exportação no país atinge, anualmente, cércia de 750.000.000 de dólares, dos quais pouco mais de 200 milhões provêm de produtos agrícolas e pecuários.

A experiência adquirida por Israel no campo da agricultura está sendo disputada por outros países. E mesmo no Brasil temos engenheiros israelenses, especializados nos vários setores de agricultura, desde a irrigação ao planejamento do desenvolvimento integrado de áreas agrícolas, trabalhando em diversos estados do país.

Fenômeno semelhante Israel vem repetindo no campo da industrialização. Apesar do pouco volume do mercado interno, já existem inúmeras indústrias em escala de grandeza apreciável.

A indústria de diamantes foi lesionada de tal forma que contribuiu com mais de uma centena de milhões de dólares anuais para o país. A indústria eletrônica tem seus produtos exportados para os quatro cantos do mundo. A indústria de armas é mais do que apreciada pelos "experts". Israel já adquiriu a tecnologia da reforma de aviões. E nas proximidades do Aeroporto de Lida, onde se encontra a fábrica assim especializada, verem-se aparelhos das mais diversas bandeiras sendo submetidos aos técnicos locais.

O setor de serviços apresenta altos níveis de eficiência e desburocratização. O crédito bancário é fácil e abundante. As maiores facilidades são concedidas ao capital estrangeiro que se queira investir no país.

Estreitamente ligado a vida agrícola e comunitária está o Exército. O sobressalto constante em que vive a nação, rodeada de inimigos de todos os lados e ao mesmo tempo a necessidade de desenvolver sua economia, fazem com que a organização, ou pelo menos alguns organismos dentro do Exército se constituam em algo de "sui generis".

Passamos um dia inteiro em contacto com um desses organismos, o NAJAL (Juventude Pioneira Combatente).

Como parte integrante das Forças de Defesa de Israel, o NAJAL cumpre funções diferentes das que geralmente se exigem de uma unidade militar.

Além de ser uma unidade de infantaria de combate de primeira ordem, o NAJAL desempenha uma segunda atribuição importante: preparar seus membros para que sejam pioneiros em agricultura e estabelecer colônias agrícolas cooperativas ao longo das fronteiras de Israel.

Durante seus 27 meses de serviço militar, o soldado do NAJAL consome menos de doze para o treinamento militar propriamente dito. O restante é dedicado à agricultura. Para as mulheres, o tempo de serviço militar nessa organização é de somente 21 meses.

A primeira etapa da vida militar, após o recrutamento, consiste no adestramento básico de infantaria, por um período de três meses. Os rapazes e moças sem capacidade física para o preparo completo, têm um curso especial, durante o mesmo período, após o qual reunem-se todos e passam um ano em um Kibutz ou Moshav. Ali, usam uniformes e são sujeitos à disciplina militar e passam o tempo trabalhando nos diversos setores da colônia. A fim de aprofundar seus conhecimentos, são enviados a rápidos cursos intensivos, promovidos

dos pelo Instituto de Agricultura, organizado pelo NAJAL para esse fim, onde estudam matérias específicas. Assistem também, no mesmo período a cursos militares especializados, onde aprendem exploração e patrulha, uso de tipos especiais de armamentos, demolição, etc. As tardes, enquanto permanecem na colônia durante o ano, prosseguem com a instrução militar.

Esgotado o período desse tipo característico de instrução, eles passam a ser considerados membros da Organização Regional de Defesa.

Para melhor conhecimento da vida do Estado, é preciso saber-se de sua organização política. O Governo de Israel é Parlamentarista. O Presidente do Estado é eleito por cinco anos, de forma indireta, pelos representantes no KNESET (Parlamento) e estes se elegem pelo voto direto, em representação proporcional, por quatro anos, tendo havido antes da guerra um movimento, liderado por Ben Gurion, para votação por distrito.

Os três poderes — Executivo, Judiciário e Legislativo — atuam de forma independente e harmônica.

O Judiciário tem sua Suprema Corte em Jerusalém. Conta com Tribunais Distritais e Juizados de Paz em certas cidades. Existem também os Tribunais Religiosos para as três grandes comunidades religiosas: muçulmanos, judeus e cristãos, sobre problemas que lhes estão juridicamente afetos, como por exemplo, casamento, divórcio, etc.

O Executivo compõe-se dos seguintes Ministérios:

- Defesa
- Agricultura
- Assistência Social
- Comunicações
- Correios
- Cultos
- Educação e Cultura
- Fomento e Turismo
- Fazenda
- Indústria e Comércio
- Interior
- Justiça
- Polícia
- Saúde
- Relações Exteriores
- Trabalho
- Habitação

São treze os partidos políticos. Hoje, devido à situação perante os países árabes, há união nacional. Esta situação começou pouco antes da última guerra, quando todos os partidos políticos, passaram a apoiar o Governo, e perdura até hoje. Só uma ala comunista com unicamente três Deputados, faz oposição.

Vejamos alguns dados, que nos interessam, sobre o funcionamento do Kneset.

A Mesa, hoje composta de um Presidente e oito Vice-Presidentes, é eleita para a Legislatura inteira. O número de Vice-Presidentes é fixado no início da sessão legislativa. Há rotação na Presidência das sessões plenárias. O Presidente e os oito Vice-Presidentes formam um colégio para o estudo de muitas matérias, como, por exemplo, a fixação da Ordem do Dia por semana.

O sistema é unicameral e 120 Deputados compõem o Kneset.

Para formação do Gabinete, tem sido praxe indicar um Deputado para Primeiro Ministro. Encontra-se em tramitação projeto que transforma tal praxe em obrigação.

O Primeiro Ministro indicado apresenta ao Plenário seu programa e após o debate, há uma votação aprovada. Após ser aceito, por maioria simples, assume o compromisso.

Há ainda a figura do Vice-Ministro, obrigatoriamente um Deputado. O Vice-Ministro, indicado pelo Ministro correspondente, é nomeado pelo Presidente, que comunica o fato ao Kneset. Esse Deputado, assim nomeado, vai se constituir, principalmente, elemento de ligação do Ministro com o Kneset, na defesa contra crí-

ticas, na análises de projetos e em assuntos diversos que digam respeito ao Ministério.

São nove as Comissões:

- Comissão do Regulamento
- Comissão de Finanças
- Comissão de Defesa e Relações Exteriores
- Comissão do Interior (Municípios, Urbanismo, Cultos Religiosos...)
- Comissão de Constituição, Lei e Direito
- Comissão de Economia
- Comissão de Trabalho
- Comissão de Educação

A apresentação de anteprojeto do Governo é feita pelo Ministro ou pelo Vice-Ministro, inicialmente em plenário. Se recusado na votação inicial, o projeto é arquivado. Se aprovado, vai às Comissões. Havendo dúvida sobre quais as Comissões que devem analisar, ela é dirimida pela Comissão de Regulamento.

Das Comissões, o projeto volta à Plenária para segunda discussão. Nessa ocasião, recebe emendas, que são votadas. Após a submetido a uma terceira votação, que tem a finalidade de conceder tempo ao Governo para estudar o projeto com as emendas e, se aquela for originária do Executivo, poderá ser retirado caso as emendas não satisfizerem os interesses do Governo. Não há veto.

Quando se torna necessário podem ser formadas comissões com membros de várias outras, como ocorreu recentemente, quando tramitava no Parlamento um projeto de lei sobre o Tribunal do Trabalho. Organizou-se uma comissão especial, composta por dez membros da Comissão de Justiça e nove da Comissão do Trabalho.

O país não possui Carta Constitucional. Tem leis básicas, mas estas são ordinárias.

Há um órgão, denominado Controlador do Estado, criado pelo Kneset com mandato certo e com a finalidade de fiscalizar o Governo. Anualmente, relata ao Kneset a ação do Governo.

O projeto de Deputado é apresentado inicialmente ao seu grupo político. Cada partido tem um certo número de projetos, que pode apresentar durante o ano. Vemos aí a figura de uma primeira triagem, efetuada pelo grupamento político, dos projetos apresentados pelos Deputados.

Na discussão de projeto de seu interesse o Ministro ou o Vice-Ministro sempre está presente.

Na administração pública, o sistema do mérito é seguido para nomeação e promoção de funcionários.

Os funcionários públicos somam a cerca de 54.000. O funcionário goza alguns descontos para a parte assistencial e de aposentadoria.

A ação governamental de Israel tem sido feita através de um planejamento global e perfeitamente integrado em todos os setores. O seu orçamento fixa uma política e um programa de Governo, voltados para uma justa distribuição de amparo entre agricultura, indústria e o social.

Em poucas outras áreas que visitamos, encontramos tal preocupação com a educação, que é o segundo item mais importante do orçamento nacional, o primeiro sendo a Defesa, por razões óbvias.

É verdade que, no momento, os gastos com a educação equivalem a um sexto daqueles com as Forças Armadas. O país vive em estado de guerra. São reconhecidamente elevados os custos de um exército nos dias que correm. Mesmo assim, os gastos com educação correspondem a 120 mil cruzeiros per capita, isto é, cerca de 350 milhões de libras israelenses. Nestes quantitativos, não se incluem as despesas das Prefeituras, dos Kibutzim e Moshavim, que são igualmente elevados e que, segundo conseguimos estimar, somadas àque-

las do Governo Central dariam 200.000.000.000 de cruzeiros.

Numa população de 2,5 milhões de habitantes, cerca de 800 mil, estão, no momento, freqüentando os bancos escolares em todos os níveis. A proporção fala por si mesma. E explica a afirmação de que em Israel, cada soldado é como um oficial.

Em Israel, a criança deve permanecer na escola um mínimo de oito anos, o período elementar, que é gratuito. Em princípios do ano passado, ao que nos informaram, várias salas de aula foram fechadas, porque se registrou um excesso de salas de aula em relação aos alunos existentes.

Ao fim dos primeiros oito anos, os jovens se submetem a um teste de conhecimento que determina quais os que poderão seguir para o curso secundário, com o direito a mensalidades calculadas nas bases dos salários dos pais. O curso secundário não é gratuito. O país não dispõe de recursos financeiros suficientes para que o seja. Mas as mensalidades não sacrificam o orçamento doméstico.

O ensino de línguas estrangeiras é obrigatório e bem sucedido. São poucos no país os que não falam pelo menos duas línguas, além do hebreu.

E' ainda no ginásio que se inicia o encaminhamento de jovem para a Universidade, segundo sua vocação. A cada ano, os jovens devem optar pelas matérias que lhes são mais interessantes. Ao fim do ginásio está apto para o curso universitário de sua escolha.

Há também, um ensino secundário técnico altamente desenvolvido. A idéia básica é a de produzir um número suficiente de técnicos de nível médio, para servirem de executores do plano e idéias dos técnicos de nível superior. E existe ainda um número infinitável de cursos rápidos de especialização, visando a facilitar o preparo e a atualização do homem para os trabalhos na indústria e na agricultura.

Alguns dados estatísticos interessantes: mais de 80% de todos os jovens que terminam o curso primário, concluem o secundário. De 15 a 20% dos que concluem o secundário, chegam ao fim de seus cursos universitários. Israel é dos poucos países do mundo que não se resentem da falta de engenheiros ou cientistas.

O que é extraordinário, também, é a integração entre a escola e a vida econômico-social. Há um empenho total na formação de elementos para a produção. E as Universidades vêm sob a permanente preocupação de buscar respostas aos problemas encontrados pelo país no seu esforço de produção. E assim que se explica que Israel esteja desenvolvendo uma indústria altamente sofisticada, baseada na ciência.

O espírito cooperativista, o empenho na educação, a ênfase sobre as ciências e a tecnologia respondem pelo fenômeno do desenvolvimento israelense.

Em Israel se diz que não há tecnologia sem educação apropriada, e não há progresso sem a cooperação de todos os cidadãos. Não se trata de "slogans", mas de realidade.

A experiência israelense é, por isso mesmo, de maior importância para todos os países que estão buscando o seu desenvolvimento.

Confirma-se lá, mais do que em qualquer outro local, que o desenvolvimento nacional só pode ser uma decisão nacional e uma responsabilidade da nação. Ninguém fará esse trabalho por nenhum outro país.

Também em Israel se confirma que apenas aqueles países que sabem colocar a educação no primeiro lugar de suas prioridades constroem as bases certas para o seu progresso. Nos dias de hoje, mais do que em qualquer época da história, ou se tem o homem convenientemente prepara-

do para as funções de produção ou não se tem nada. As margens para o improviso são cada vez menores significativas e mais perigosas para os recursos nacionais.

Desde o início do Estado, o problema que se mostrou ao Governo com profunda importância foi o de onde localizar os imigrantes, isto é, onde construir casas para abrigá-los. Isto era fundamental, pois era necessário orientar as medidas adotadas em função da estrutura demográfica, estratégica e econômica da nação. Se a decisão de onde fixar o imigrante fosse exclusivamente em função da oferta e da procura, as grandes cidades, como Haifa e Tel Aviv teriam crescido em ritmo acelerado e não no desejado. O Governo conseguiu controlar o crescimento dos centros urbanos maiores, que tiveram suas percentagens populacionais diminuídas em relação ao número total de habitantes do país. Haifa decresceu de 11,7 para 7,9% e Tel Aviv de 29,7 para 15,6%. Entretanto, cidades satélites se desenvolvem e as autoridades executaram um plano de localização dos habitantes entre os centros mais povoados e a periferia desabitada entre os centros mais povoados e a periferia desabitada, entre a indústria e as colônias agrícolas.

Foi surgindo, com as modificações, uma nova paisagem em Israel. Mesmo quando ainda não havia chegado o cerde no deserto, as vilas iam sendo plantadas em função da necessidade de exploração industrial da região.

Neguev, incluindo Bersheba, abrigava 1% da população em 1948 e em 1964, já tinha 5,7%. Bersheba que vimos implantada onde era deserto hoje tem cerca de 65.000 habitantes na cidade. É a capital do deserto de Neguev, onde grande parte dos recursos minerais de Israel estão localizados: fosfatos, cobre, manganes, potássio, petróleo (cobrindo hoje 8% do consumo que, suplementado por gás natural, alcança 19%), materiais refratários e outros recursos.

No Neguev, observa-se a entrada da agricultura com a irrigação em algumas dezenas de quilômetros. Nas cidades que crescem demonstram que a sua destinação também é industrial, em face de sua estrutura geológica. A água vem do norte, provém do Rio Jordão e poderá vir, no futuro, da dessalinização das águas do mar. Toda a exploração dos recursos minerais está a cargo do Ministério do Fomento.

Vimos muitas instalações industriais no Neguev e sentimos a importância da construção de estradas, como, por exemplo, a rodovia Beersheba-Eilat (Suez terrestre), que abre a ligação do Israel à África Oriental e ao Extremo Oriente.

Vimos a maior fonte de minérios de Israel: O Mar Morto, cujas águas salobras contêm bromo, potássio, magnésio. São 270 gramas de sal em média por litro, densidade que não permite que se afunde praticamente nada em suas águas. Esta região de Neguev, que tem significativa importância para o futuro de Israel, considerada sinônimo de morte há anos passados.

Afirmam, em Israel, que na história do Neguev o renascimento de Eilat nas margens do Mar Vermelho foi capítulo de sua importância. Hoje, ela se liga asfaltada, com Beersheba e Tel Aviv, e se asfalta a estrada de Sodoma no Mar Morto até Eilat, para dar saída, por este ponto, aos produtos daquela região. Projeta-se até lá a extensão da via férrea de Beersheba. De Eilat, parte um oleoduto, que vai a Beersheba e das refinarias de Haifa. Ele transporta 4.500.000 toneladas de petróleo por ano e é uma das fontes de abastecimento também da Europa.

Nessa região do Neguev, que sem ajuda do Governo seria deserto, foram construídas inúmeras cidades, como Beersheba, rodeada por um cin-

turão verde, com 600 estabelecimentos comerciais, escolas, institutos de pesquisa, teatro, hospital, dos mais modernos (da Histadrut), cinema, população escolar de 17.000, nascendo ali 2.000 crianças por ano (o maior índice de natalidade da Israel). Calcula-se que, em 1963, Essebuz tenha 100.000 habitantes. Lá está também um dos melhores hóspitais que existem: Desert Inn.

Não tem edifícios muitos altos e é densa em seu centro. Tudo é novo, bem organizado e funcional. Nada é superfluo. Assim visto em todas as outras cidades. Até o asfalto é todo uniforme, pois é só ao cimento. Praticamente, tudo pré-fabricado.

Outra cidade — Dimona — instala-se para os trabalhadores das indústrias da região. Precisava ser eliminado o custo do transporte por terra dos produtos do Negev até o Porto de Haifa. Foi construído, na costa do Negev, o Porto de Ashdod, onde se iniciou uma gigantesca usina elétrica, para servir à região sul. Assim, onde há trabalho, surge uma cidade, ou uma vila, desde um Bar Chail até uma Bersheba.

E as moradias foram estudadas para atender às solicitações de Judeus e não judeus. Os árabes tiveram até 1964 cerca de 2.500 unidades construídas e outras financiadas, de acordo com o que solicitavam os futuros inquilinos em função de seus costumes.

O Ministério de Habitação, com a Hristadrut, esta através da Solt-Boné e outras empresas em menor escala, construiram em Israel:

Em 1955 — 29.000 moradias
Em 1959 — 32.500 moradias
Em 1962 — 37.800 moradias
Em 1964 — 37.900 moradias.

Entre 1948 e 1964, foram alojadas 631.000 pessoas em Israel, o que, em comparação com outros países, não dá a seguinte percentagem para novas moradias construídas, por 1.000 habitantes, em 1962, por exemplo:

Israel — 16,2
França — 6,6
Yugoslávia — 5,3
Itália — 6,6
Polônia — 4,6.

Uma média de 2.500 homens se aperfeiçoaram na indústria de construção.

Falamos na conquista do deserto, que é de suma importância para o futuro de Israel. A atenção dada a esta questão é tal que se realizam investigações relativas ao que comer como vestir, morar, beber, como e quando devem tratar os habitantes do deserto.

Mas assim como fez no sul, o Governo projetou o desenvolvimento de todas as demais regiões. Nota-se por exemplo no desenvolvimento de Jerusalém, o seu papel de capital, inclusive com o comando cultural do país, o que determinou construções novas com uma certa arquitetônica extraordínaria, como o Museu do Livro, o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra, a Universidade Hebreia.

Em todas as regiões, foram criadas condições para a atividade de seu povo. Há liberdade de escolha para todos os ramos, mas criam-se facilidades para o que se quer dentro do planejamento feito.

O Governo, por si ou por agências executoras, comanda o desenvolvimento pelos investimentos próprios, pela ajuda bancária, por privilégios de incentivos e por outras outras maneiras. Este desenvolvimento foi ajudado também por afluxo contínuo de capitais oriundos da Agência Judia-Nacional, por aliados dos Estados Unidos, por pagamentos de indemnizações pela Alemanha e por empréstimos de bancos estrangeiros que ajudam a cobrir um déficit do balanço de pagamentos, que se constitui num

grande problema para economia de Israel.

Apesar do esforço para eliminar deficit, ele ainda persiste em cerca de 300 milhões de dólares, menos do que em 1964, quando foi de 400 milhões.

As medidas, que são tomadas para o equilíbrio, levam ainda mais a que uma fonte de receita externa — a das reparações da guerra por parte da Alemanha. Ondental — diminui por força de ação, e nesse dia de 1965 será de um terço em relação a 1951. O problema é: como diminuir cerca de 300 milhões de dólares, que excedem na importação?

Israel tem importado o essencial e forçado a exportação. De tal ordem é o seu esforço que a percentagem de exportação sobre a importação aumentou de 11,3% em 1949 para 50% em 1965. O seu plano prevê um aumento anual de 20%, no valor das exportações, o que não é mais do que repetir a média de alguns anos, inclusive facilitado agora por acordo com o Mercado Comum Europeu, sobre privilégios aduaneiros para alguns produtos.

Os principais fornecedores de Israel são: Estados Unidos, Mercado Comum, Reino Unido — em combustível e produtos para consumo.

Os principais compradores: Europa — 65%, América do Norte — 18% — Ásia — 13% e África — 4%.

Em 1964, os principais produtos exportados em milhões de dólares, diamante lapidado — 137,6; frutas cítricas — 52,8; textéis 39,4; produtos alimentícios — 30,3; produtos químicos — 17,7; ovos 5,9 e outros.

Observa-se que toda a iniciativa do Governo em Israel visa a ordenar os investimentos, de forma a aumentar a produção do que importa, aumentar também a oferta de que pode exportar dentro de um espírito óptimo na busca do aumento da produtividade, inclusive na expansão de serviços que dão dólares, tais como, navegação, aviação, e turismo.

Por todas as dificuldades que tem que vencer Israel deve saber arrecadar e gastar. O seu orçamento interno divide a receita e duas parcelas distintas: uma ordinária, outra de fomento. Aquela é originária de impostos, onde o de renda entra com 67% e se destina às despesas normais: esta, a do fomento, destina-se às despesas com o desenvolvimento — agricultura, indústria, estradas, energia, irrigações etc. — e é oriunda 49% de fontes nacionais e o restante do exterior, inclusive de Campanha de Bônus, incentivos da Alemanha, empréstimos e outros.

A despesa é bem distribuída e falta um fundo de planejamento.

A sua distribuição percentual, no orçamento de 1965, para os diferentes setores, foi: 22,3 para fins econômicos; 23,8 para fins sociais; 31,6 para gastos inclusivo defesa e administração; 16,9 para amortização da dívida pública.

Devemos analisar alguns setores de atividades, para observarmos o seu desenvolvimento e o equilíbrio que há entre elas.

Pode-se observar, no quadro de aplicações bancárias, o tratamento dado ao crédito pelo Banco Central para os três ramos seguintes:

Agricultura — 27%;
Indústria — 29%;
Comércio — 12%.

A agricultura tem o seu desenvolvimento continuado e amparado desde o planejamento pelo Ministério.

Os principais ramos industriais são: produtos alimentícios e bebedas; metalurgia; textéis; produtos químicos e petroquímicos; roupas; madeira e móveis; minerais não metálicos; papel; veículos; lapidação de diamantes; plásticos; equipamentos elétricos e outros.

A dispersão de indústrias é considerada importante e o Governo concede maiores facilidades para as insta-

lações em regiões programadas para receber-las.

O capital estrangeiro é bem aceito dentro da legislação existente, que visa ampliar a produção exportável.

Julgamos interessante sintetizar outras informações, para que se possa conhecer melhor ainda a vida das israelenses, seus sucessos, seus problemas e a expectativa do futuro:

1 — População da zona rural: 23,6%; da zona urbana: 77%. No Brasil, a população rural atinge a mais de 50%.

2 — Porcentagem de ocupação de pescas:

Agricultura — 12,9
Indústria — 25,3
Construção e obras — 13,2
Comércio — 12,7
Administração pública — 7,6

3 — Saúde Pública:
O Ministério da Saúde é a suprema autoridade no setor. Tem 14 postos de saúde distritais, 33 hospitais, num total de 130 no país, tendo 7.400 leitos, mantém clínicas infantis escolas de enfermagem, laboratórios, etc.

A Kupat Holim tem filiados 70% da população, 1.005 dispensários, vários hospitais, institutos de raios X, farmácias, postos de maternidade e infância num total de 157.

Em 1965, havia hospitais com 17.600 leitos, sendo 7.650 gerais, 7.400 enfermos mentais, 1.450 crônicos, 577 para reabilitação e 470 para tuberculosos. Em planificação encontram-se mais 1.430 leitos.

4 — Relações com os árabes:
Todo o serviço (moradia, saúde, assistência, financiamento, etc.) existe também para o judeu, existe também para os árabes.

5 — Percentagem por origem da imigração:
45% — Europa América e Oceania
55% — Ásia e África.

6 — A porcentagem de desempregados em relação à força de trabalho é, em média, de 0,4%.

Praticamente emprego total.

7 — Dos dois e meio milhões de israelitas, cerca de um milhão e setecentos mil estão na idade de trabalho. Mas a força de trabalho efetiva é estimada em 910 mil pessoas ou 35% da população. Desses total, cerca de 115 mil estão na agricultura, 220 mil na indústria, 100 mil no comércio, 82 mil na construção, 60 mil em água e transporte, 200 mil em serviços diversos, particulares ou governamentais. Há ainda os estudantes universitários e aqueles que estão nas Forças Armadas.

8 — Energia elétrica:
Capacidade geradora da ordem de 750.000 km.

9 — Mortalidade Infantil

1949 — 52,3 em 1.000
1965 — 23,9 em 1.000 pop. judeus
42,5 em 1.000 pop. não judeus
10 — Natividade em 1965
22,4/1.000 pop. judeus
51,4/1.000 pop. não judeus
11 — Expectativa de vida
EURO — 64,3
Homens: 63,6
Mulheres: 73,4

12 — Causas da mortalidade:

Enfermidades cardíacas, câncer e enfermidades de primeira infância.

A tuberculose está desaparecendo e também a malária.

13 — Movimento científico.

São vários os institutos e os centros universitários de pesquisas. E já o Brasil recebeu técnicos especializados em Israel no setor de irrigação, para estudos de nossa região nordestina.

14 — Visitamos o Instituto Weizmann, Cientistas de todo o mundo. Tem 19 unidades de investigação. Atualmente, fazem cerca de 200 investigações em vários setores.

Instalações e atrações das maiores do mundo. — Recursos suficientes para os mais exigentes. É um dos orgulhos de Israel. Foi fundado em 1944 e inaugurado em 1949. Nome

em honra ao primeiro presidente, Chaim Weizman. É situado num parque admirável.

15 — Energia Solar.

Aquecedores domésticos e unidades produtivas de energia elétrica coletada da energia solar, destinadas às aldeias longínquas. Usinas criadas por coletores solares que captam os raios em zonas ensolaradas. Uma unidade de um Kw pode regar 3 ha. de terra e dar iluminação para uma aldeia de 26 famílias.

16 — Energia Atômica.

Hoje aí, ainda s neste setor e já narramos os estudos e execução conjunta com os Estados Unidos, para produção de energia e dessalinização da água do mar. A Comissão de Energia Atômica estuda as possibilidades de minerais radioativos no país. Já foi em 1960, instalado um reator que presta reais serviços ao mundo científico.

17 — Rodovias asfaltadas demonstram o esforço feito. Quase todas novas. Importante a ligação com Elat de Bersheba e Sodoma, esta em construção. Ferrovias são do Estado: 427km. Pode ver: Tel Aviv — Jerusalém; Tel Aviv — Bersheba — Dimona (esta ligação completada em 1965).

Aviação em grande movimento.

El Al — Companhia Internacionais de alto conceito.

Companhias estrangeiras também servem Israel.

Arkia, subsidiária de El Al, é para serviço interno de Israel.

18 — Comunicações:

Rádio — telefone — Telex como os países que têm rede internacional (menos com os árabes).

19 — Rádio do Estado (A Voz de Israel).

A televisão está na fase educativa exclusivamente.

20 — Visitamos o Museu do Livro: Arquitetura impressionante. Possui obras de valor inestimável.

21 — Artes — Música

Uma das melhores orquestras do mundo é a Filarmônica de Israel. Tem 27.000 subscritores. Recorde mundial em relação à população.

As escolas do Estado empregam 450 professores de música, assim como a 230 mestres de jardins de infância com instrução musical. Há cerca de 130 orquestras e 490 coros escolares. O Ministério de Educação e Cultura supervisiona 25 conservatórios com 9.000 estudantes.

A arquitetura é moderna e estupenda.

E considerável o número de pintores e escultores em todos os estilos modernos. Vi vários expoentes. Existiu uma aldeia de artistas — Ein Hod — organizada por elas mesmas e uma colônia deles em Safed. A escola mais destacada é a Escola Bazaar de Jerusalém.

22 — Imprensa

São 23 diários matutinos e 2 vespertino, na sua maior parte em hebreu. 14 matutinos são em hebreu e o restante em outras línguas (inglês, alemão, árabe, francês, árabe, etc.).

As maiores tiragens são de 40.000 exemplares para os matutinos e até 100.000 para os vespertinos.

23 — Teatro

É muito diversificado e popular. Representam simultaneamente óperas, danças, sérulas e amadoras, cenas e populares. Soubemos, por informações, que se apresentam também nas zonas rurais.

24 — Liberdade de culto.

E cumprida em todos e extensão. A grande maioria da população é cristã ortodoxa de israelitas, mas há 55.000 cristãos, que têm o centro principal em Nazaré. Há 200 igrejas e capelas.

25 — Assistência Social

Em 1913 Henrietta Szold fundou uma organização com fim assistencial. O movimento cresceu e ela o impulsionou até o final de sua vida.

O Ministério de Assistência Social é hoje responsável pelo setor, contando com várias organizações. Os imigrantes, nos primeiros tempos recebem ajuda através de Agência Sionista.

O Seguro Nacional dá pensão para homens a partir de 65 anos e 60 anos para mulheres, ajudando também em acidentes de trabalho. Há várias organizações para assistência à infância, doentes mentais, crianças excepcionais, etc...

Cerca de 25.000 crianças — 4% da população até 17 anos vivem em instituições diversas. Foram, em grande parte, mandados ou levados a Israel por pessoas que não podem abandonar seus países de residência. Há vários serviços para jovens, inclusive pátios para jogos e outras organizações com programas educacionais. Os velhos, que podem trabalhar, encontram organizações para orientá-los e aproveitá-los.

A delinquência juvenil é muito pequena em relação a outros países. Foi grande a tarefa de assistir aos imigrantes, velhos jovens e crianças. Ainda há muito a fazer. "Se não completaste a tarefa, isto não te autoriza a desistir" — frase que é sempre lembrada em Israel.

26 — É de suma importância o problema de defesa. As Forças Armadas são totalmente equipadas.

O serviço militar é obrigatório para homens de 18 a 26 anos por um período de 26 meses. De 27 a 29 anos, se não serviu está ainda sujeito por dois anos. Mulheres solteiras de 18 a 26 anos servem por dois anos, podendo ser dispensadas por religião. Elas prestam serviço como pessoal não combatente.

27 — Números quanto ao ensino estatal:

- Escolas (hebreias e árabes) — 4.770
- Corpo docente — 34.340
- Alunos — 654.720

Em cursos superiores, cerca de... 25.000 estudantes.

Visitamos a Universidade Hebraica em Jerusalém. É a mais importante e conta com 12.000 estudantes.

Universidade de Tel Aviv — 5.000 estudantes.

Universidade de Bar Han — 2.000 estudantes.

O Instituto de Tecnologia de Haifa conta com 14 faculdades. Seu corpo discente é da ordem de 7.000 alunos.

O ensino superior não é gratuito. O Governo ampara com 50% das despesas.

Depois dessas citações todas, voltemos novamente ao exame rápido da estrutura econômica de Israel, lembrando a idéia que se pode tirar do que disse Avner Hovne, Assessor do Ministério de Trabalho: não precisamos aprofundar-nos muito no aspecto econômico de Israel para entender o seu progresso. É preciso conhecer-se o seu ambiente geral, a história do seu povo, as suas experiências sociais tudo enfim de sua vida para percebermos como foi possível realizar o que lá se vê.

Quando se analisa a estrutura econômica de uma nação, surge automaticamente uma pergunta: o país é rico ou pobre?

O Estado de Israel é rico ou pobre?

Não há dúvida de que, se respondemos a esta pergunta com base nos recursos naturais do país, optaremos pela negativa. Do ponto-de-vista econômico, Israel é pobre. Não possui riquezas hidrológicas, nem florestas a explorar, mas únicamente pequenas áreas de terra arável, alguns campos petrolíferos e de gás natural e alguns minérios.

É verdade que a terra tem um profundo significado histórico e social e oferece grande atração aos estrangeiros. Esses atributos, porém, apesar de muita valia para efeito de turismo, não têm cotação no mercado.

Seu maior "handicap" se encontra na planície costeira, que produz laranjas de excelente qualidade, e no Mar Morto, que abunda em minerais, especialmente petróleo.

Mas há outras formas de responder à pergunta acima. Por exemplo, a estrutura de economia nacional pode ser analisada ou verificada pelos dados componentes do produto nacional bruto (PNB). Em 1960, o PNB, ou seja, a soma dos valores de tudo o que o país produz, era estimado em 4 bilhões e 500 milhões de libras, aproximadamente 1 bilhão e meio de dólares. Cinco anos depois, atingiu a 10 bilhões e 700 milhões de libras, ou aproximadamente 3 bilhões e 500 milhões de dólares. Três vezes mais, portanto.

No mesmo período, a renda do setor privado da economia passava de 3 bilhões e 400 milhões de libras para 8 bilhões.

Fazemos outra análise, à margem do mesmo produto nacional bruto. Em 1952, o PNB per capita equivalia a 400 dólares. Isto significa que, após distribuído entre homens, mulheres e crianças o valor de todos os bens e serviços produzidos em Israel durante o ano, cada um receberia o equivalente a 400 dólares em libras israelitas. Nesta época, nenhum país, excetuado o da Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e Venezuela (devido ao petróleo) podia contar com tão elevada renda per capita.

Em 1962 o ingresso per capita se elevou, em Israel, a 850 dólares. Esse nível já correspondia ao de um país médio da Europa e se apropriava bastante de nações como a Grã-Bretanha e França, com a vantagem de que a distribuição era mais equitativa. Isto significa afirmar que a diferença de renda entre o rico e o pobre, em Israel, não era tão acentuada como nos outros países com renda per capita equivalente ou superior. Vencimentos de 1 para 6.

O aumento médio do PNB nesses anos correspondeu a cerca de 11%.

Comparemo rapidamente com outros países. No mesmo período, houve o seguinte aumento aproximado do PNB per capita por ano nas nações que citei:

Grã-Bretanha	— 3%
Canadá, Suécia e França	— 4%
Itália	— 5%
Alemanha Ocidental	— 7%
Japão	— 9%.

Em termos percentuais para a formação do produto bruto nacional, em 1955 a agricultura contribuiu com... 11,2% do total, a indústria com... 22,3%, a construção civil em 3,1, a água e a eletricidade com 1,6, os transportes e comunicações com 6,9 e o comércio e serviços pessoais com 21, o setor público e instituições de fins não lucrativos com 20 e a Casa Popular com 5,4.

Em 1965, dez anos depois, a agricultura estava contribuindo com 8,5 para o PNB a indústria com 24,2, a construção civil com 7,2, água e eletricidade com 2, transportes e comunicações com 8 comércio e serviços com 18,7, o setor público com 18,7 e a Casa Popular com 7,5.

Verificamos um elemento importante: houve variação na distribuição da população. Hoje, a percentagem de população que vive no campo é bem menor que há dez anos.

A explicação em relação a este fator é simples. A utilização intensiva da mecanização permitiu a liberação da mão de obra. É mais barato produzir com máquinas do que com homens.

Por outro lado, o crescimento da participação relativa da indústria na formação do produto nacional decorre do grande esforço de industrialização que o país realiza.

Israel tende a ser um grande centro de indústrias de transformação. Pelas condições de seu solo, considerou ser este o melhor caminho a

seguir. Não temos dúvidas de que será bem sucedido nesta empreitada como foi em todas as outras.

E' verdade que, hoje, o país atravessa uma fase de dificuldade. Houve uma inflação de 8% em 1965. Considera-se que esta inflação estava prejudicando o efeito de exportação, por quanto o país deve produzir mais, melhor e a preços cada vez mais competitivos. Não dispõe de um grande mercado interno, nem de grandes recursos naturais, precisa exportar para viver.

Também se está registrando uma queda nas entradas líquidas de capital e de imigrantes.

Em relação aos imigrantes, o que acontece é que, nos países livres e democráticos, onde hoje ele não precisa temer a discriminação, o israelita não emigra. Nesses países livres e democráticos, não há memória das perseguições de que foi vítima em tantas regiões.

Acaso como igual, pois, igual é ele, podendo integrar-se nas sociedades em que vive e para as quais contribui com o seu trabalho e imaginação, esse israelita encara Israel apesar disso como a fonte de inspiração de sua história e de sua religião. E' justo e bom que assim seja.

O Brasil, para honra nossa, é destes países onde os homens são julgados pelo seu valor pessoal, jamais por suas origens raciais, sociais ou religiosas. Nunca entendemos que fosse diferente e julgamos que é anormal quem assim não entende.

Voltando, porém, ao tema: também se explica que diminuem as entradas líquidas de capital. Israel se normaliza como país. E se é verdade que persiste a incrível situação de guerra nas fronteiras, ele agora deve construir o seu futuro mais e mais na base dos recursos que possa originar com o seu próprio esforço interno.

E' de se citar que a Histadrut propôs um congelamento de salários por um período de dois anos.

Não sentimos em Israel nenhuma insatisfação pública. Há uma grande compreensão para o que o Governo faz.

O país vive em estado de guerra desde a sua criação. Cada pai de filho maior de 18 anos, homem ou mulher, deixa-se sem saber se verá o seu filho no dia seguinte. Nas fofeiras, o perigo é permanente.

Mas, não sentimos nem medo e nem inquietação na população. A vida continua e avança como se existisse a paz que todos querem mais do que nunca. E' que o povo que tanto sofreu, tanto merece ter.

Já dissemos que nem a assistência econômica-financeira, nem a imigração de qualidade, nem governos práticos bastam para construir um país.

Israel dispõe de tudo isto. E apenas isto já seria muito, mas não cremos que tudo isto responda pelo seu extraordinário desenvolvimento.

Cremos que, nas bases do seu desenvolvimento, esteja, em primeiro lugar a fé.

O imigrante chega com a fé que preservou através de milênios, de fala de uma terra nacional. A fé que permitiu resistir a toda espécie de perseguições e sofrimentos.

E' esta fé no destino nacional que, em Israel, se transforma em amor à Pátria e que, por sua vez, se traduz em trabalho produtivo em todos os setores das atividades humanas e num espírito de compreensão extraordinária.

Mas, se é verdade que a fé move montanhas, também é verdade que precisa ser completada com os instrumentos apropriados. Na base do desenvolvimento de Israel está o homem. Está o fato de que todas as preocupações do Governo se concentram num só ponto, em dar ao homem, através da educação, as possibilidades da mais plena realização de seu

potencial de ser humano e de indivíduo.

A filosofia cooperativista consiste em que o indivíduo, sem sacrificar nenhuma de suas liberdades, encontra a solução para os seus problemas materiais na ação mútua. É a filosofia de fazer com que cada homem possa dar o máximo de si em seu próprio benefício e no da comunidade.

O desenvolvimento de Israel ocorreu, e continua, porque é um país de homens livres, que amam, que trabalham, que realizam, que são unidos de mãos e corações unidos, pelo desenvolvimento, pela paz, pela liberdade e pelo futuro.

Vimos Israel e, mais do que isso, procuramos, com isenção, sentir o seu povo. E durante o período em que lá estivemos a nossa sensibilidade foi aumentada, pois não só visitávamos um país amigo como, principalmente, percorriamos caminhos percorridos por Cristo. Não há quem não se emocione assim nos lugares santos. E assim emocionados, como vimos, as nossas observações foram feitas mais no aspecto humano de que em outro qualquer.

Nós sentimos em Israel a sensibilidade humana de seu Governo e observamos que, apesar de tantas dificuldades, seu povo é feliz. Em Nazaré um padre amigo rezou para nós uma missa na gruta da Anunciação; no Monte Sion, lugar santo para todos religiosos, também pudemos humildemente pela compreensão entre os homens.

E assim fizemos lembrando-nos, num preito de justiça, dos que no passado sofreram, dos que antem tombaram, dos que hoje lutam pelos ideais de Liberdade, Justiça e Paz.

Brasília, 18 de junho de 1968. — Ney Braga — Leandro Maciel — Átilio Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente e Srs. Senadores, em determinada época, louvamos o esforço que a Administração vem fazendo para que dentro do menor espaço, Brasília possa tornar-se, efetivamente, pelas suas condições e possibilidades, a Capital do País.

Louvamos, aqui, como outros Srs. Senadores, a operação que se convenientemente chamou Consolidação de Brasília:

Reivindicamos, em certa ocasião, a atenção das autoridades responsáveis pela capital do País para a situação gravíssima que atravessam e continuam atravessando os professores que para cá vieram concorrer, com o seu esforço e o seu trabalho, para que a nova capital se firme o mais rapidamente possível no desempenho das suas funções.

A consolidação de Brasília, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não decorre nem pode operar-se, apenas, com a sua transformação em mero aquartelamento de funcionários civis ou funcionários militares. A consolidação de Brasília só se poderá realizar com uma operação em conjunto, em que todos que influem para que a cidade se torne habitável tenham condições de vida, de moradia, de sociabilidade.

No ano passado e nos começos deste, a CODEBRAS, Sr. Presidente, abriu inscrições para que todos aqueles que aqui desempenham uma atividade pudessem adquirir os apartamentos de que necessitam, para instalar-se definitivamente.

Inúmeros foram os concorrentes e a CODEBRAS, depois de examinar convenientemente a documentação apresentada, as condições de permanência dos postulantes e as possibilidades da confirmação do compromisso

de compra e venda, passou a receber daqueles que tiveram as suas propostas aprovadas, uma mensalidade, uma contribuição que se pode dizer, classificando-a em Direito Civil que constitui o arras em pagamento do compromisso firmado.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tenho a Codebras preparado nenhum contrato de compra de compra e venda, fez, entretanto, expedir a todos aqueles que tiveram aceitas as suas propostas, o seguinte recibo como comprovante do contrato firmado:

(Lê):

(Coordenação do Desenvolvimento de Brasília, Programa Habitacional — CODEBRAS, Guia de Reclamação, Nº de Inscrição — Valor, cruzeiros novos. Vai o Sr. Fulano de Tal, inscrito sob n° tal, para a compra de uma unidade residencial, à Tesouraria da CODEBRAS recolher a importância acima, correspondente à prestação, na forma do compromisso assumido. Superquadra ou quadra, bloco, apartamento no andar, obra, financiada pelo Banco Nacional de Habitação, Brasília, tanto de 1958. Assinado, pela CODEBRAS, Chefe da Divisão de Incorporação, Olymo Guasint'.

Então, a CODEBRAS depois de firmar compromisso com os pretendentes à aquisição do apartamento, expedia um recibo alegando que está a receber os prestatórios compromissados e assim aceita a proposta que lhe iria irá.

Alguns desses pretendentes, Senhor Presidente, vêm contribuindo, há cinco meses, para a aquisição círcos apartamentos, mensalidades pesadas, mensalidades que, somadas aos alugéis que pagam das residências que ocupam, criam uma situação tremenda, uma verdadeira apertura para aqueles que querem ajudar a consolidar Brasília. Confiantes na promessa da CODEBRAS, esses proponentes vêm, entretanto, arrastando todas essas dificuldades, na esperança de que adquiriram, final, o seu apartamento.

Pois bem, Sr. Presidente, ocorre agora que a direção da CODEBRAS sem nenhuma explicação e até pressionando os proponentes para que desistam da proposta recusa-se a continuar recebendo as prestações, de acordo com o compromisso, para que aqueles apartamentos que deveriam ser entregues para sejam destinados a outro organismo, a outros pretendentes que não haviam feito propostas antes e que de nenhuma maneira concorreram para essa construção.

Os proponentes, que exibem até 5 recibos das Superquadras 304, 307 e outras, estão agora impedidos de continuar pagando suas prestações, porque a CODEBRAS, unilateralmente resolveu rescindir o contrato feito sob o nome de compromisso.

Isso, Sr. Presidente, é uma escatologia à boa-é de aqueles que confiam nos organismos do Governo. É um assalto à economia daqueles que, num esforço sobre-humano, vêm contribuindo, mensalmente com a sua prestação, para que a CODEBRAS reformasse as suas economias para o desenvolvimento do plano habitacional tracado para Brasília.

Nem todos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se conformam com o arbitrio, com a conduta invável, injustificável e ilegal da CODEBRAS. E alguns estão ingressando na Justiça segundo comunicamo que tenho, para obrigar a Coordenação de Brasília a cumprir, de acordo com o Código Civil, aquilo a que está obrigada. Outros, entretanto, porque funcionários humildes, de menores possibilidades, estão subordinando-se à imposição dos dirigentes da CODEBRAS e até, segundo informações que me prestaram, assinando termos de desistência daqueles direitos já adquiridos.

As pessoas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que confiam na CODEBRAS, são profissionais, são médicos, são dentistas, engenheiros, pequenos comerciantes, funcionários bancários e até mesmo funcionários públicos que, no seu conjunto, concorrem para a consolidação de uma cidade que se instala, lentamente, mas com inúmeras deficiências. Não apenas ocupando-a com elementos como funcionários públicos civis ou do funcionalismo militar, que a capital se consolidará. É preciso haver essas outras camadas de elementos humanos nessas diversas categorias, como médicos, professores, dentistas, advogados, para que a cidade se humanize, para que então haja confiança nas populações aqui instaladas. Do contrário continuaremos a assistir o espetáculo de desconfiança no conjunto da cidade, nos recursos que ela oferece nas deficiências de que ela se reveste pela falta justamente desses elementos que constituem base sólida para sua verdadeira consolidação.

Neste instante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preciso trazer a denúncia a meu projeto contra o procedimento da CODEBRAS, que, em vez de representar um passo para a consolidação de Brasília, representa, assim, um desestímulo àquelas que pretendem aqui se instalar, e o quarto antes dar verdadeiras condições à nova capital de funcionar como cidade sede da União.

Quero protestar, Sr. Presidente contra esta reunião, é a respeito do direito de aqueles que, quando na era meu projeto, contribuíram para que os edifícios que vão ser entregues em breve a outras entidades, pudessem ser construídos. É um fato lamentável, Sr. Presidente, que isso demonstra a inconsequência de uma administração, a falta de conhecimento das verdadeiras funções de um organismo como esse, que se diz de coordenação e Brasília e que demanda, que reclama uma urgente providência dos comandos superiores para que tal fato não se reproduza, e se faça a correção respeitando-se o direito dos que confiam na organização a que foi entre-gue a chamada consolidação de Brasília.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Exº um aparte? (Assentimento do orador) — O fato que V. Exº acaba de revelar ao Senado demonstra, como um reflexo, a insegurança geral que reina neste país. Não é crível que um órgão governamental, como a CODEBRAS, fuja ao cumprimento de obrigações contratuais de ordem jurídica. E fazendo-o, comete um verdadeiro abuso, um arbítrio, uma atitude intolerável que deve merecer o mais veemente protesto, como V. Exº acaba de formular e precisa ter uma grande repercussão na imprensa. Para casos como esses é que a nossa posição deve ser atuante, porque não é possível que isso continue. É uma desordem, uma anarquia. Então a CODEBRAS tem um contrato de compromisso de venda de apartamento, o cidadão paga cinco, seis meses de prestação e ela sumariamente, unilateralmente, rompe esse contrato? Isso é possível? V. Exº faz muito bem em formular essa denúncia. É preciso que se dê grande relevo ao fato e que os jornais o noticiem. Isso é uma vergonha, é um desrespeito para este nosso País. São pessoas que estão absolutamente tranquilas, certas de ter adquirido sua moradia, seu apartamento, e são, de uma hora para outra, relegadas. Dou parabéns a V. Exº a minha inteira solidariedade, meus calorosos aplausos pela atitude que está assumindo em defesa de adquirentes que foram relegados a segundo plano, por esse ato unilateral, violento da CODEBRAS.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço o veemente aparte do eminente Senador Nogueira da Gama.

Entretanto, muito mal que inse-gurança, sobre Senador, representa a total irresponsabilidade daqueles que dirigem a CODEBRAS.

O SR. ADALBERTO SCNA — Permite-me V. Exº um aparte? (Assentimento do orador) — Senador Edmundo Levi, há poucos dias, ou melhor, há quase um mês, dirigi requerimento de informação ao Ministério competente, a respeito do assunto de que V. Exº trata. Naquela ocasião havia recebido denúncias de fatos exatamente iguais ou semelhantes. Não tinha certeza e, por isso, dirigi-me ao órgão competente, em requerimento de informação, para que me informasse com minúcias sobre o que vinha ocorrendo, inclusive de fuga à responsabilidade contratual, após pagamento de cinco ou mais prestações, caso que chegou mesmo a ocorrer com um nosso Colégio, Clóvis Maia, meu suplente nesta Casa. Agora, antes de receber as informações que solicitei, temos a confirmação dos fatos através da palavra de V. Exº Por isto, quero juntar minha solidariedade ao projeto do nobre Colégio, solidariedade ao projeto contra esse abuso que se comete contra a segurança dos brasilienses e contra o próprio progresso de nossa cidade.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato, nobre Senador Adalberto Scna. V. Exº diz que requeriu informações à CODEBRAS, sobre o fato de que estou tratando, e que as informações teriam sido retificadas há mais de um mês...

O SR. ADALBERTO SCNA — Aproximadamente um mês.

O SR. EDMUNDO LEVI — ... a aproximadamente há um mês, e que até agora nenhuma resposta lhe foi dada.

Creio, nobre Senador, que mais um organismo governamental pretende, porque não quer dizer a verdade dos fatos mais um organismo governamental há de querer esconder a informação, há de querer negá-la para que não se apure, não se evidencie o escândalo de uma conduta de homens que, à testa, de determinados organismos, julgam-se senhores de barato e culto e administraram a coisa pública como se estivessem administrando a própria fazenda.

E preciso, nobre Senador, que sobretudo a Oposição, mas também a Situação, formule constantemente esses comentários, essas críticas, a fim de que os responsáveis pelos diversos setores governamentais não se julguem infalíveis, procurem cumprir as suas obrigações, vautando a sua conduta dentro da lei, e não pensam que nós aqui estamos completamente alheios aos seus erros, aos seus desmandos, aos seus abusos.

A função do Parlamento, em todo o mundo, e cada vez mais se acentua esse aspecto, é fiscalizar permanentemente a maneira como os órgãos governamentais executam as providências legais votadas, saídas de dentro das suas Câmaras.

Não cometemos nenhuma intrusão indevida na ação do Executivo, ao contrário, quando pedimos ao Governo, a qualquer ramo do Executivo, informações sobre determinado fato, estamos, muito mais do que cumprindo um dever constitucional, executando, exercendo, exercitando um direito insitido na própria Constituição estamos trazendo para o Parlamento a crítica que deve ser expressa ao povo, de vez que o Parlamento não é apenas uma casa ou uma organização para elaborar leis, mas deve ser, cada vez mais, um fórum de debates, onde a opinião pública venha completar-se e daí refluir para as massas que, sentindo a fiscalização da ação dos seus representantes, possa também aventar novos pontos, denunciar os desacertos e assim, nesse constante debate, encontrarmos o acerto de idéias e providências que, afinal de contas, res-

de na harmonia do Governo para a realização do bem comum, para a realização desse bem que é a finalidade própria da própria organização governamental.

Assim, Sr. Presidente, neste instante, deixando aqui o meu protesto contra o desacerto da CODEBRAS, espero que as autoridades a que esta organização está subordinada temem as providências necessárias, para que corrijam os abusos e que estes não mais se repitam. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O segundo orador inscrito é o Senador Antônio Fontana, a quem dou a palavra

O SR. ANTÔNIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Sr. Antônio Delfim Netto, da Razão, junto com minúcias sobre o que vinha ocorrendo, inclusive de fuga à responsabilidade contratual, após pagamento de cinco ou mais prestações, caso que chegou mesmo a ocorrer com um nosso Colégio, Clóvis Maia, meu suplente nesta Casa. Agora, antes de receber as informações que solicitei, temos a confirmação dos fatos através da palavra de V. Exº Por isto, quero juntar minha solidariedade ao projeto do nobre Colégio, solidariedade ao projeto contra esse abuso que se comete contra a segurança dos brasilienses e contra o próprio progresso de nossa cidade.

Desta, na ocasião, o Senhor Ministro que, se tais empresas não cumpriram, rigorosamente, as obrigações legais, seriam punidas severamente.

A advertência foi feita, por causa da pose da nova Diretoria da CODEBRAS que conseguiu as empresas de crédito e investimento, quando foi eleito Presidente o Sr. Guido Moniz. Toda essa a razão o Senhor Ministro da Fazenda em fazer esse projeto, Sr. Presidente, porque essas empre- sas conseguiram, movimentada muito a ju-ros e taxas, de maneira a influir na situação inflacionária do País.

O Cecílio está preocupado, e com toda razão, em aumentar taxa de juros porque não quer dizer a verdade dos fatos mais um organismo governamental há de querer esconder a informação, há de querer negá-la para que não se apure, não se evidencie o escândalo de uma conduta de homens que, à testa, de determinados organismos, julgam-se senhores de barato e culto e administraram a coisa pública como se estivessem administrando a própria fazenda.

E preciso, nobre Senador, que sobretudo a Oposição, mas também a Situação, formule constantemente esses comentários, essas críticas, a fim de que os responsáveis pelos diversos setores governamentais não se julguem infalíveis, procurem cumprir as suas obrigações, vautando a sua conduta dentro da lei, e não pensam que nós aqui estamos completamente alheios aos seus erros, aos seus desmandos, aos seus abusos.

Ora, todos nós sabemos que a manutenção de quarenta casas, numa cidade, deve contribuir, seriamente, para o encarecimento dos juros.

Nós visitamos países capitalistas, desenvolvidos, países ricos e observamos que o número de suas agências bancárias é bastante limitado.

Em nosso País, infelizmente, assim acontece e, em regra geral, nossas agências estão luxuosamente instaladas.

De sorte que apoiamos, louvamos a atitude do Sr. Ministro da Fazenda, quando faz tais advertências. Mas desejariamos que também procurassem colher a abertura de novas agências a até mesmo que seu número fosse reduzido nos centros urbanos, porque elas, repetimos, só contribuem para o encarecimento dos juros do dinheiro aplicado e, consequentemente, aumentam o surto inflacionário.

É preciso que o Governo reexamine esta questão. Não basta ele dizer que se está esforçando para reduzir a taxa de juros, pedir a colaboração dos Bancos, destas empresas de financiamento, é atitude louvável mas de pouco ou nenhum rendimento.

De sorte que se o Governo, como todos nós acreditamos, está empenha-

do em melhorar esta situação de financiamento, a fim de conseguirmos o seu objetivo, devia chegar por restringir o número de empresas bancárias e limitar, ao máximo possível, essas empresas de crédito e financiamento. Porque ai poderemos obter resultados.

O dinheiro é sempre o mesmo. Se o dinheiro entre muitas casas, muitos bancos, muitas agências bancárias, empresas de crédito e investimento, lógico que a despesa não nortará e ele não circulará economicamente.

Também acompanhado, com todo o interesse, a orientação que o Governo vem imprimindo no setor financeiro. Ele tem conseguido — é preciso que se diga — algum resultado como, por exemplo, a incorporação de bancos. Ainda recentemente, seu dúvida alguma, até poderíamos dizer lamentavelmente, o Banco Industrial e Comércio do Estado de Santa Catarina foi incorporado pelo Banco Brasileiro de Desconto, um dos maiores bancos do País. Acredito que, embora do ponto de vista, como representante do Estado de Santa Catarina, seria de desejar que o Banco — INCO — continuasse operando independente

Por outro lado, acreditamos que a incorporação que houve já apresenta algum benefício, porque o Banco Brasileiro de Desconto, diga-se da passageira, é uma instituição bancária que merece louvores, porque está segundo sabemos, cumprindo legalmente todos os dispositivos na aplicação de dinheiros de empréstimos; até mesmo em Santa Catarina as notícias que nos têm chegado são desta ordem.

Da maneira que essa orientação do Governo, de fazer com que se reduza o número de bancos, pela incorporação ou aquisição de um pslo

O SR. ATTILIO FONTANA — Nobre Senador, concordo, plenamente, com as observações com que V. Ex^a acaba de honrar meu discurso. V. Ex^a tem toda razão quanto à seleção de aplicação de empréstimos. Mas devemos reconhecer, nobre Senador, que o Governo tem baixado regulamentos e instruções, determinando que um percentual dos depósitos bancários seja aplicado — e principalmente — no setor agropecuário.

slav em que foi convocado para com
parecer à posse da nova Diretoria da
Associação das Empresas Finan-
cadoras de Investimentos. Não perdeu
S. Ex^a a feliz oportunidade de fazer
tal advertência, que esperamos tenha
caldo profundamente naqueles que
têm a responsabilidade de cumprir
as disposições legais e respeito
no setor agropecuário.

Um dos pontos a que o Sr. Minis-
tro da Fazenda se tem referido, como
o próprio Presidente do Banco Cen-
tral da República, é que nem sem-
pre, os bancos cumprem o disposto
no, a determinação legal.

Realmente, precisa o Governo ter
central mais eficiente sobre os ban-

O Sr. Nogueira da Gama — Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer.
O Sr. Nogueira da Gama — V. Ex^a se tem ocupado, em várias ocasiões desse problema de taxa de juros bancários, defendendo e sustentando, ultimamente o Governo tem tratado de financiamento aos consumidores, setor que cresce — a meu ver — apoio, pois que há necessidade de atendê-los.
A questão é que nem sempre as

com muita oportunidade e segurança, a necessidade de serem elas diminuídas. Estou de inteiro acôrdo com V. Ex., mas a meu ver, o problema não é apenas este.

O problema mais importante em matéria de Banco, em nosso País, é a seleitividade do crédito. Enquan-

boas determinações legais dão o fruto que deveriam, porque, há sempre alguém que procura burlá-las. E' o que vem acontecendo no setor bancário e nas empresas de financiamento: não estão cumprindo à risca, as determinações, conforme tem acompanhado.

o da seleitividade de crédito. Enquanto os estabelecimentos bancários, sob a orientação discriminada e cabal do Banco Central, não se propuserem a fazer aliciações de crédito devidamente selecionadas, seleitivas, tanto no ponto de vista quantitativo, como qualitativo, nós não conseguiremos estabelecer uma certa estabilidade no valor da moeda, porque o que vemos até hoje, é uma desordem em matéria de aplicações bancárias. Os grupos de maior oujança, aquêles que têm maior poder econômico ou financeiro, esses auferem o grande quinhão dos empréstimos bancários, enquanto outras indústrias médias ou não acompanhado.

Os prórios bancos que operam em poucos centros urbanos e não têm a sua rede distribuída pelo interior do País, alegam ter dificuldade de aplicar esse dinheiro aos pequenos industriais, aos pequenos comerciantes e, principalmente, aos nossos homens do campo. Ainda há poucos meses, liguei um dos responsáveis pelo Banco Central do Brasil permitiria o repasse de bancos cidadinos, os localizados em centros urbanos, de transferirem para Bancos que têm afiliadas espalhadas pelo interior do País a percentagem que deve ser aplicada no setor agropecuário.

Reconhecemos que o Governo tem boas intenções e precisa fazê-las cumprir e aplicar. Mas sempre há os erros, de uma maneira ou de outra, que devem ser corrigidos e não se comprem. Por isso, disse o Sr. Inácio Lobo Neto, em reunião anterior, em São Paulo, que deve haver um esquema de fiscalização das entidades de comércio por todo o seu capital. É a única forma de garantir que as faixas fiquem grandes e sólidas e não alcancem resultados nulos. Entendo isso, verificando que as empresas produzem, é claro, resultados que trazem lucro para a constatação resultados satisfatórios, tal essa forma de estabelecer o desenvolvimento.

titultural e dinâmico a favor do cre-
ado rural em nosso País. Sem o in-
cremento da produção rural não é
possível, está visto, esta demonstra-
ção, que o Brasil não se desenvolve-
rá como é preciso. Não podemos dei-
r a indústria agrícola atrasada. Não
é só a indústria de transforma-
ção que é apenas o comércio que fa-
zendo o desenvolvimento; não são ape-
nas os grandes investimentos de base
que podem fazer o desenvolvimento
do País. Eles são necessários, são im-
dispensáveis, mas, evidentemente, se
esquecemos de lado a base agrícola,
pela de tão larga extensão territorial
haverá um hiato, haverá uma
fenda, haverá um vazio, haverá uma
falta de correspondência e esse de-

Outro setor que preocupa muito o Corrêa, como é justo que preocupe todo governo bem intencionado, é a questão do desenvolvimento, do progresso do país. Porque, em última análise, ista representa um maior mercado de mão de obra e melhores condições de vida para o povo. Mas, quando não existem resultados para reinvestir — e é muito comum o que se verifica em nosso País — então, mesmo que haja essa expansão, não há o desenvolvimento. Por outro lado, então, o que se verifica é que os bancos, as

O Sr. ATTILIO FONTANA — Pois que se fala e que se sabe, as empresas de investimentos têm resultados excepcionalmente elevados. O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Ex³ um aparte?

O Sr. ATILIO FONTANA — Pois
não.
O Sr. Nogueira da Gama — V.
Ex^a tem toda a razão nos comentários que acaba de formular, especialmente no que se refere ao crédito rural. O Banco Central, na verdade, estabeleceu percentual para bancos particulares nas suas aplicações ao crédito agropecuário. Isso, conforme V. Ex^a, notou, não tem sido observado como devera. O assunto é importíssimo, não há dúvida, porque, ao longo dos anos, em nosso País, o problema de crédito rural está encaracolado sem que ainda se tenha chegado a uma solução satisfatória. Permita-me lembrar a V. Ex^a que o saudoso Ministro Osvaldo Aranha quando exerceu a Pasta da Fazenda, imaginou um sistema de controle e de ai-

O SR. ATTILIO FONTANA —
Agradeço a colaboração. Existe, como V. Ex. fez referência, legislação, atos de autoridades competentes, determinando a aplicação correta dos dinheiros nor essas organizações financeiras e os próprios bancos. Infelizmente repetimos o que o Sr. Ministro da Fazenda declarou na reunião de São Paulo: há os que burlam as instruções, a legislação e assim procedendo estão cometendo atos criminosos.

sistema em condições de fiscalizar, não apenas os financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, mas os dos Bancos particulares que, por certos dispositivos do Decreto, seriam permitidos a aplicar, também, as suas disponibilidades nesse tipo de atendimento financeiro. Infelizmente, esse Decreto não foi posto em execução. De lá para cá, tentou-se fazer alguma coisa. A última Lei sobre a

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. (*Muito bem.*)

О СВ. РУССЕНЬІ

(Gilberto Marinho) A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 359-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro das Minas e Energia (Aviso número GM-365-68, de 27 de junho de 1968).

Nº 55368, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministro da Presidência para os Sessões do Gabinete Civil da Presidência da República (Aviso nº 968-SAP-68, de 28.6.68).

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — A Presidência recebeu Ofícios do Sr. Ministro das Minas e Energia, solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 235-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres;

Nº 502-68 de autoria do Senador Pereira Diniz;

Nº 552-68 de autoria do Senador Vasconcelos Torres.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta dos referidos Requerimentos. (*Pausa*)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — A Presidência recebeu ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, cuja leitura vai ser feita pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte:

GP-0-60F 68

Brasília, 30 de junho de 1968.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar à Vossa Exceléncia, obedecendo ao Artigo 218 do Regimento Interno, que, de acordo com o Art. 31 da Constituição Federal, 144 Senhores Deputados, ou seja, mais de um terço, em requerimento enviado a esta Presidência, resolveram convocar extraordinariamente o Congresso para o período de 1º a 31 de julho próximo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Exceléncia os protestos de estima e consideração. — *José Bonifácio*, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Assim, de acordo com o ofício ora lido, fago saber que o Congresso Nacional se acha convocado, nos termos do artigo 31, § 1º, da Constituição, por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, para se reunir extraordinariamente, no período de 1º a 31 de julho do corrente ano.

A instalação do período legislativo extraordinário, assim fixado, realizar-se-á no dia 1º de julho, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Passa-se a ORDEM DO DIA.

Item 1.

Voice-se, em turno único, do Requerimento nº 550, de 1968, de autoria do Sr. Senador Arlindo Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do editorial de "O Globo", de 27 de junho de 1968.

A votação foi adiada na última sessão, por falta de quorum.

Continua 1ºº havendo quorum regimental para a votação, que é encerrada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 579, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968 (nº 44-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Em discussão o projeto, em turno suplementar. (*Pausa*)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado, sem nova votação, nos termos do art. 275, § 5º, do Regimento Interno.

Exterioras das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Em discussão o projeto. (*Pausa*) Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, e ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação já aprovada:

**PARECER Nº 579, DE 1968
DA COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 25, de 1968 (número 44-B-67, na Casa de origem)

Relator: Sr. Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968 (nº 44-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1968. — *Filinto Müller*, Presidente — *Alvaro Maia*, Relator — *Antônio Carlos* — *Nogueira da Gama*.

ANEXO AO PARECER Nº 579-68

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1968 (número 44-B-67, na Casa de origem)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promuo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO Nº
DE 1968**

Aprova o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo, assinado em Montevideu, a 12 de dezembro de 1966, pelo qual se institucionaliza o Conselho de Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Item 3:

Discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1968 (nº 46-B-67, na Casa de origem), que reúne a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal, tendo Parecer, sob nº 581, de 1968, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (*Pausa*)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado, sem nova votação, nos termos do art. 275, § 5º, do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados, e, para acompanhá-la na outra Casa o estudo do substitutivo, designo o Sr. Senador Arnon de Melo, Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores.

E o seguinte o substitutivo aprovado:

**PARECER Nº 580, DE 1968
DA COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo ao Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1968 (nº 46-B-67, na Casa de origem)

Relator: Sr. Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1968 (nº 3.651-C-66, na Casa de origem), que regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1968. — *Filinto Müller*, Presidente — *Alvaro Maia*, Relator — *Antônio Carlos* — *Nogueira da Gama*.

ANEXO AO PARECER Nº 581-68

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1968 (nº 3.651-C-66, na Casa de origem)

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Aprova o texto do Protocolo, assinado em Assunção, a 2 de setembro de 1967, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu.

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Aprova o texto do Protocolo, assinado em Assunção, a 2 de setembro de 1967, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A nenhuma pessoa física bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.

Art. 2º Quando, para a realização de determinado ato, fôr exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem, devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

Parágrafo único. Além do prazo previsto neste artigo, sómente por ordem judicial poderá ser retido qualquer documento de identificação pessoal.

Art. 3º Constitui contravenção penal punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de NCR 0,50 (cinquenta centavos) a NCRs 3,00 (três cruzeiros novos), a retenção de qualquer documento a que se refere esta lei.

Parágrafo único. Quando a infração fôr praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerar-se-á responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção a menos que haja, pelo executante desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas quando entendo, será este o infrator.

Art. 4º O Poder Executivo regulará a presente Lei dentro de prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Item 4:

Discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43 de 1968 (nº 3.651-C-66, na Casa de origem), que reúne a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal, tendo Parecer, sob nº 581, de 1968, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar.

Se não houver quem queira manifestar-se, vou dar a discussão como encerrada. (*Pausa*)

Encerrada a discussão sem emendas ao substitutivo do Senado, será dado como definitivamente aprovado, sem nova votação, nos termos do art. 275, § 5º, do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Designo para acompanhar, na Câmara, o estudo do substitutivo, o Senhor Senador Edmundo Levi, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo que tratar, está encerrada a sessão.

(Levantava-se a sessão às 10 horas e 30 minutos.)

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Vicente Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aaron Steinbrück (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)
 Petrônio Portela (PI)
 Manoel Villaca (RN)
 Antônio Carlos (SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Viana (GB)
 Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)
 Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SÔBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES SUPLENTES
 Arnon de Mello José Leite
 Domicio Gondim José Guimard
 Paulo Tôrres Adolpho Franco
 João Cleofas Leandro Maciel
 Teotônio Vilela Aloysio de Carvalho

Nogueira da Gama José Ermírio
 Josaphat Marinho Mário Martins
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES SUPLENTES
 José Feliciano Attilio Fontana
 Ney Braga Leandro Maciel
 João Cleofas Benedicto Valladare
 Teotônio Vilela Adolpho Franco
 Milton Trindade Sigefredo Pacheco

José Ermírio Aurélio Viana
 Argemiro de Figueiredo Mário Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Viana

ARENA

TITULARES SUPLENTES
 Ney Braga José Leite
 Antônio Carlos Eurico Rezende
 Melo Braga Benedicto Valladare
 Arnon de Mello Carvalho Pinto
 Attilio Fontana Filinto Müller

Aurélio Viana Pessoa de Queiroz
 Mário Martins Edmundo Levi
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 249.
 Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES
 Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenbergs
 Paulo Sarasate
 Clodomir Müller

SUPLENTES
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladare
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

Antônio Balbino
 Ezezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

MDB
 Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Viana
 Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Müller
 Manoel Villaca
 Wilson Gonçalves

SUPLENTES
 Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 Jose Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

João Abrahão
 Aurélio Viana
 Adalberto Senna

MDB
 Ezezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer
 Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Júnior — Ramal 249.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenbergs
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTES
 José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Tôrres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

Bézerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

MDB
 José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTES
 Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

Adalberto Senna
 Antônio Balbino

MDB
 Ruy Carneiro
 Edmundo Levi
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO
DE TERRAS PÚBLICAS E PovoAMENTO**
(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTES

TITULAR	SUPLENTE
Antônio Carlos	José Guiomard
Moura Andrade	Eurico Rezende
Fábio Sarasate	Filinto Müller
Milton Trindade	Fernando Corrêa
Alvaro Maia	Lobão da Silveira
José Feliciano	Menezes Pimentel
João Cleofas	Petrônio Portela
Fábio Torres	Manoel Villaça
MDB	
Arthur Virgílio	Adalberto Senna
Ruy Carneiro	Antônio Balbino
João Abrahão	José Ermírio

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores
COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTES

TITULAR	SUPLENTE
Paulo Sarasate	Lobão da Silveira
José Cleofas	José Cunhambará
Mem de Sá	Teotônio Vilela
José Leite	Carlos Lindenberg
Leandro Maciel	Daniel Krieger
Manoel Villaça	Filinto Müller
Clodomir Millet	César Ramos
Adolfo Franco	Milton Trindade
Sigefredo Penteado	Antônio Carlos
Carvalho Pinto	Benedicto Valladares
Fernando Corrêa	Mello Braga
Júlio Leite	Paulo Torres
MDB	
Argemiro de Figueiredo	Oscar Passos
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	João Abrahão
Arthur Virgílio	Aurélio Vianna
José Ermírio	Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTES

TITULAR	SUPLENTE
Atílio Fontana	Júlio Leite
Adolfo Franco	José Cândido
Domicio Gondim	Arnon de Melo
João Cleóidas	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Mello Braga
MDB	
Antônio Balbino	Ruy Carneiro
Nogueira da Gama	Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

SUPLENTES

TITULAR	SUPLENTE
Petrônio Portela	Celso Ramos
Domicio Gondim	Milton Trindade
Atílio Fontana	José Leite
Mello Braga	Adolfo Franco
Júlio Leite	Duarte Filho
MDB	
Arthur Virgílio	João Abrahão
Josaphat Marinho	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

SUPLENTES

Domício Gondim	José Feliciano
José Leite	Mello Braga
Celso Ramos	José Guiomard
Paulo Torres	Benedicto Valladares
Carlos Lindenberg	Teotonio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SÉCAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

SUPLENTES

Clodomir Millet	Teotonio Vilela
Fábio Vilela	José Leite
Arnon de Melo	Domicio Gondim
Duarte Filho	Paulo Sarasate
Menezes Pimentel	Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

SUPLENTES

Wilson Gonçalves	José Feliciano
Paulo Torres	João Cleóidas
Antônio Carlos	Adolfo Franco
Carlos Lindenberg	Petrônio Portela
Mem de Sá	José Leite
Eurico Rezende	Ney Braga
Paulo Sarasate	Milton Campos
Carvalho Pinto	Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
Marcelo Martins

Secretário: Afrâncio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

SUPLENTES

José Feliciano	Filinto Müller
Leandro Maciel	Mem de Sá
Antônio Carlos	Duarte Filho
Lobão da Silveira	Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Benedicto Valladares	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	Jose Guilomard
Aloysio de Carvalho	Carlos Lindenberg
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Mem da Sa	Péter do Portela
Ney Braga	Jose Leite
Milton Campos	Leônidas Villela
Mouzinho Andrade	Mello Braga
Fernando Viana	Jose Feliciano
Arnon de Melo	Clodomir Millet
José Cândido	Menezes Pimentel
Pessoa de Queiroz	MDB
Mário Martins	Bezerra Ne.
Atreli Vianna	João Abrahão
Oscar Passos	Josaphat Marinho

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissões de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: Manoel Villaça

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Sigefredo Pacheco	Julio Leite
Duarte Filho	Milton Trindade
Fernando Corrêa	Ney Braga
Manoel Villaça	José Cândido
Clodomir Millet	Lobão da Silveira
Adalberto Senna	MDB
Sebastião Archer	Nogueira da Gama

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
 Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Paulo Tôrres	Filinto Müller
José Gutomard	Atílio Fontana
Lobão da Silveira	Domicio Gondim
Ney Braga	Manoel Villaça
José Cândido	Ney Braga
Oscar Passos	MDB
Mário Martins	José Gómez de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
 Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Eurico Rezende	José Feliciano
Carlos Lindenberg	Menezes Pimentel
Arnon de Melo	Carlo Rameis
Paulo Torres	Petrônio Portela
José Guilomard	Antônio Maciel
MDB	
Huy Carneiro	Acalberto Senna
João Abrahão	Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
 Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Leite	Paulo Tôrres
Celso Ramos	Atílio Fontana
Arnon de Melo	Eurico Rezende
Domicio Gondim	José Guilomard
João Cleofas	Carlos Lindenberg
MDB	
Sebastião Archer	Mário Martins
Pessoa de Queiroz	Huy C.

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guilomard
 Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Guilomard	Lobão da Silveira
Fernando Corrêa	Jose Feliciano
Clodomir Millet	Filinto Müller
Alvaro Maia	Sigefredo Pacheco
Milton Trindade	Manoel Villaça
MDB	
Edmundo Levi	Adalberto Senna
Oscar Passos	Walter Virgilio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.